



Número: **0838770-68.2019.8.20.5001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **24ª Vara Cível da Comarca de Natal**

Última distribuição : **02/09/2019**

Valor da causa: **R\$ 11.137,50**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCISCO CANINDE VITORINO DA SILVA (AUTOR)		FELIPPE DE QUEIROZ BESSA BANDEIRA LEITE (ADVOGADO)	
PORTO SEGURO S/A (RÉU)		ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR (ADVOGADO)	
GIOVANNA DANTAS FULCO (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
48420398	02/09/2019 17:08	Petição Inicial	Petição Inicial
48420403	02/09/2019 17:08	(1) AÇÃO DPVAT - FRANCISCO CANINDÉ VITORIANO DA SILVA	Outros documentos
48420405	02/09/2019 17:08	(2) Procuração - RG - CPF - Prontuário de Primeiro Atendimento	Outros documentos
48420407	02/09/2019 17:08	(3) Prontuário de Primeiro Atendimento 2	Outros documentos
48420408	02/09/2019 17:08	(4) Prontuário de Primeiro Atendimento 3	Outros documentos
48420409	02/09/2019 17:08	(5) Prontuário de Primeiro Atendimento 4	Outros documentos
48420410	02/09/2019 17:08	(6) Prontuário de Primeiro Atendimento 5	Outros documentos
48420411	02/09/2019 17:08	(7) Prontuário de Primeiro Atendimento 6	Outros documentos
48420412	02/09/2019 17:08	(8) Prontuário de Primeiro Atendimento 7 - BO - Requerimento Administrativo	Outros documentos
48420413	02/09/2019 17:08	(9) Valor Recebido Administrativamente	Outros documentos
48984082	18/09/2019 17:44	Despacho	Despacho
49024418	19/09/2019 12:13	Intimação	Intimação
49025334	19/09/2019 12:15	Certidão	Certidão
49025354	19/09/2019 12:24	Intimação	Intimação
49026831	19/09/2019 12:42	Intimação	Intimação
49478642	02/10/2019 19:53	Diligência	Diligência
49732805	11/10/2019 09:17	Diligência	Diligência
49732808	11/10/2019 09:17	Image_09716	Outros documentos

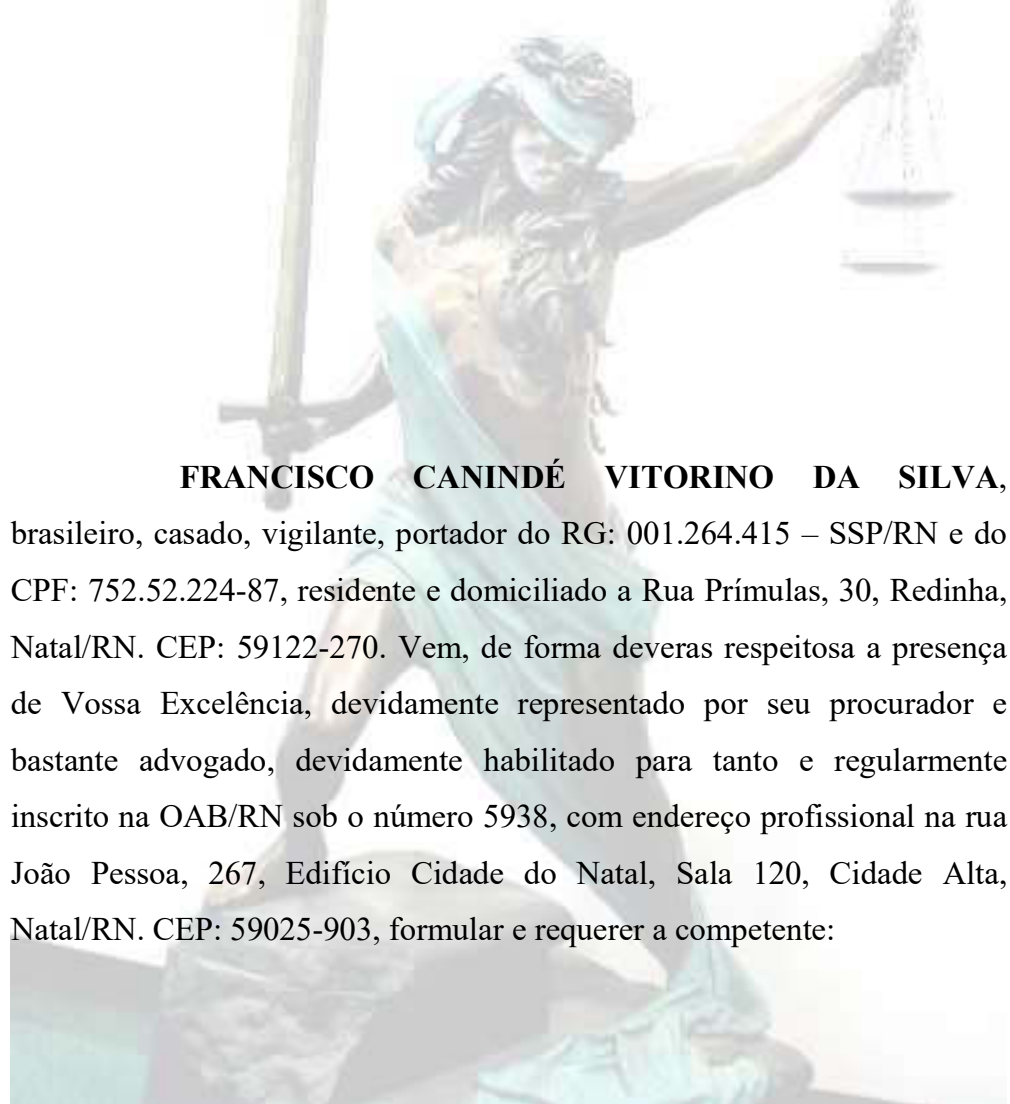
49996 786	19/10/2019 20:25	Petição	Petição
50036 629	21/10/2019 15:18	Contestação	Contestação
50036 637	21/10/2019 15:18	2658598_CONTESTACAO_01	Contestação
50036 639	21/10/2019 15:18	2658598_CONTESTACAO_Anexo_02	Outros documentos
50036 640	21/10/2019 15:18	2658598_CONTESTACAO_Anexo_03	Outros documentos
50036 648	21/10/2019 15:18	2658598_CONTESTACAO_Anexo_04	Outros documentos
50520 691	04/11/2019 17:50	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
50520 694	04/11/2019 17:52	Intimação	Intimação
50560 316	05/11/2019 15:15	Petição	Petição
50560 323	05/11/2019 15:15	2658598_JUNTADA_DE_HONORARIOS_PERICIAIS_JUR_01	Outros documentos
50560 327	05/11/2019 15:15	2658598_JUNTADA_DE_HONORARIOS_PERICIAIS_JUR_Anexo_02	Outros documentos
51216 037	26/11/2019 10:21	Petição	Petição
51478 661	03/12/2019 17:18	Laudo Pericial	Laudo Pericial
51478 666	03/12/2019 17:18	Francisco Caninde Vitorino da Silva	Laudo Pericial
51789 078	12/12/2019 13:19	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
51790 930	12/12/2019 13:20	Intimação	Intimação
52050 086	19/12/2019 15:08	Petição	Petição
52050 087	19/12/2019 15:08	2658598_IMPUGNACAO_AO LAUDO PERICIAL_JUR_01	Outros documentos
52615 737	22/01/2020 18:51	Manifestação ao Laudo (Autor)	Petição
52887 395	30/01/2020 14:03	Certidão	Certidão
52887 396	30/01/2020 14:03	Of.	Documento de Comprovação
53120 622	06/02/2020 22:47	Sentença	Sentença
53170 158	07/02/2020 12:14	Intimação	Intimação

PLANEJAMENTO JURÍDICO

Felippe de Queiroz Bessa Bandeira Leite

Advogado: OAB/RN 5938

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DE UMA
DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE NATAL, DO ESTADO DO
RIO GRANDE DO NORTE, A QUEM ESTA COUBER POR
DISTRIBUIÇÃO LEGAL.



FRANCISCO CANINDÉ VITORINO DA SILVA,
brasileiro, casado, vigilante, portador do RG: 001.264.415 – SSP/RN e do
CPF: 752.52.224-87, residente e domiciliado a Rua Prímulas, 30, Redinha,
Natal/RN. CEP: 59122-270. Vem, de forma deveras respeitosa a presença
de Vossa Excelência, devidamente representado por seu procurador e
bastante advogado, devidamente habilitado para tanto e regularmente
inscrito na OAB/RN sob o número 5938, com endereço profissional na rua
João Pessoa, 267, Edifício Cidade do Natal, Sala 120, Cidade Alta,
Natal/RN. CEP: 59025-903, formular e requerer a competente:

1

*Rua João Pessoa, nº 267, Sala 120, 1º Andar, Edifício Cidade do Natal, Cidade Alta,
Natal/RN. CEP: 59025-500. Tel: (84) 3211.4830/91642017 Emailplanejamentojuridico@yahoo.com.br*



PLANEJAMENTO JURÍDICO

Felippe de Queiroz Bessa Bandeira Leite

Advogado: OAB/RN 5938

ACÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) **nos termos da Lei n. 6.194/74, alterada pela Lei n. 8.441/92**

Em desfavor de: **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, pessoa jurídica de direito privado, com personalidade jurídica própria, detentora do CNPJ: 02.149.205/0001-69, com endereço para receber citações e intimações na avenida Prudente de Moraes, 4022, Lagoa Nova, Natal/RN. CEP: 59056-200, pelas razões fáticas e jurídicas que passa a expor:

Inicialmente requer os benefícios da Justiça Gratuita, por ser pobre na forma da Lei e/ou pelo fato de que se tivesse que arcar com as custas e emolumentos judiciais encontrar-se-ia em estado de miserabilidade, tudo na conformidade com que disciplina os arts. 98 e ss. do CPC/2015.

I – DA COMPETÊNCIA DESSE JUÍZO.

Preliminarmente é interessante afirmarmos que é pacífico na jurisprudência, principalmente do Colendo STJ, que são três os foros competentes para dirimir questões relativas a acidente de trânsito: a) o domicílio do Autor; b) o local do acidente; ou c) domicílio do Réu, como podemos ver o Aresto abaixo colacionado:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. ACÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE VEÍCULOS. SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. 1. Constitui faculdade do autor escolher entre qualquer dos foros possíveis para ajuizamento da acção decorrente de

2

*Rua João Pessoa, nº 267, Sala 120, 1º Andar, Edifício Cidade do Natal, Cidade Alta,
Natal/RN. CEP: 59025-500. Tel: (84) 3211.4830/91642017 Email: planejamentojuridico@yahoo.com.br*



PLANEJAMENTO JURÍDICO

Felippe de Queiroz Bessa Bandeira Leite

Advogado: OAB/RN 5938

acidente de veículos: o do local do acidente ou o do seu domicílio (parágrafo único do art. 100 do CPC); bem como, ainda, o do domicílio do réu (art. 94 do CPC). Precedentes. 2. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo suscitado. (STJ - CC: 114844 SP 2010/0205321-0, Relator: Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Data de Julgamento: 13/04/2011, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 03/05/2011)

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. FORO.COMPETÊNCIA RELATIVA. LOCAL DO ACIDENTE. DOMICÍLIO DO AUTOR OU DORÉU. LIVRE ESCOLHA DO AUTOR DA AÇÃO. PRECEDENTES. 1. A Segunda Seção desta Corte firmou entendimento no sentido deque, na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre o foro do seu próprio domicílio, o do local do acidente ou, ainda, o do domicílio do réu. 2. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (STJ - AgRg no REsp: 1240981 RS 2011/0045058-0, Relator: Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Data de Julgamento: 02/10/2012, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 05/10/2012)



PLANEJAMENTO JURÍDICO

Felippe de Queiroz Bessa Bandeira Leite

Advogado: OAB/RN 5938

Desta maneira, resta claro que, dentre os três foros competentes o Autor poderá optar por aquele que lhe for mais conveniente, optando, o Autor da presente Demanda, pelo foro do domicílio do Réu, ou seja, esta comarca de Natal.

II –

DOS FATOS.

Em virtude de acidente automobilístico, ocorrido em 02 de maio de 2017, conforme documento que segue, o Promovente sofrera gravíssimo acidente automobilístico, quando o veículo que trafegava colidiu, arremessando o Autor para fora do veículo, sofrendo graves lesões em seguimentos de seu corpo, tudo conforme relatórios médicos colacionados aos Autos.

Conforme vislumbramos dos documentos colacionados aos Autos da presente Demanda, o Requerente sofreu lesão nos referidos membros de seu corpo, resultando lesão por período superior a 30 (trinta) dias, sendo que o acidente resultou lesão corporal e à sua integridade física, além disso, como vemos das fotografias colacionadas aos Autos da presente Demanda, que o Requerente dificilmente recobrará a sua capacidade laboral.



PLANEJAMENTO JURÍDICO

Felippe de Queiroz Bessa Bandeira Leite

Advogado: OAB/RN 5938

O Suplicante, requereu administrativamente o pagamento do valor referente a indenização securitária, sinistro com o número 3180457617, tendo recebido a ínfima quantia de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois Reais e cinquenta centavos), valor que, verificando as lesões sofridas pelo Autor, não são suficientes para indenizar pelas lesões suportadas pelo Demandante.

Desta sorte, Nobre Juiz, com a negativa administrativa, que não forneceu ao Autor o direito, mesmo que parcial, a percepção da indenização securitária, cumpre-nos requerermos, por intermédio da presente Ação, a condenação da Demandada no pagamento integral, de acordo com o resultado da perícia médica judicial a ser aprazada.

III –

DO DIREITO.

III.a) Da Legitimidade Ativa *Ad Causam*:

O seguro de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres – DPVAT, conhecido popularmente como seguro obrigatório, tem a finalidade de socorrer as vítimas de acidentes de trânsito em todo o território nacional, não importando de quem seja a culpa.

No caso em comento, é direito da autora perceber uma indenização por danos pessoais, ante o seu gravíssimo estado de saúde, ou melhor, a sua total e permanente incapacidade, devido aos danos causados aos seus membros inferiores, conforme documentação em anexo.



PLANEJAMENTO JURÍDICO

Felippe de Queiroz Bessa Bandeira Leite

Advogado: OAB/RN 5938

III.b) Da Legitimidade Passiva *Ad Causam*:

O art. 7º da Lei n. 6.194/74, por seu turno, determina que, em se tratando de seguro denominado DPVAT, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao tal consórcio será parte legítima para figurar no pólo passivo que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes, entendem que qualquer seguradora que faça parte do complexo FENASEG constitui-se parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a Demandada, ora ré.

Neste diapasão, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in literis*:

“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com DPVAT, é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei facultar ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe prouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados” (TAMG – AP 0350628-9 Uberlândia – 1.ª C. Cível – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001)

“SEGURO OBRIGATÓRIO – LEGITIMIDADE PASSIVA DAS SEGURADORAS – É da



PLANEJAMENTO JURÍDICO

Felippe de Queiroz Bessa Bandeira Leite

Advogado: OAB/RN 5938

responsabilidade da seguradora o pagamento da indenização a vítima, bastando para tanto, que se comprove a existência do fato e suas consequências danosas. A nova sistemática obriga, indistintamente, todas as seguradoras consorciadas integrantes da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização. (TA-PR. Ac. Unânime da 2.^a Câmara Cível de 06 de março de 1996 – Ap. 87.558-3 – Rel. Juiz Roberto Costa – “A marítima” Cia de Seguros X Cleuza Mara de Carvalho).

Quanto à legitimação passiva, mostra-se dirimida qualquer sombra de dúvidas, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo FENASEG, poderá compor o polo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.

III.c) Da Desnecessidade de Prévio Procedimento Administrativo:

A Lei n.º 6.694/74 (Institui o Seguro Obrigatório – DPVAT), alterada pela Lei n.º 8.441/92, em seu conteúdo normativo não estabelece a necessidade de esgotamento da esfera administrativa, afim de se pleitear o percebimento do seguro, assim como exige a negativa por parte das seguradoras que fazem parte do complexo da FENASEG, para tal fim.



PLANEJAMENTO JURÍDICO

Felippe de Queiroz Bessa Bandeira Leite

Advogado: OAB/RN 5938

É que os comandos legais acima elencados foram devidamente recepcionados pela norma constitucional vigente na questão em consonância com os princípios básicos estabelecidos e previstos dentro dos direitos e garantias fundamentais, tais como: O princípio da legalidade e inafastabilidade e indeclinabilidade da prestação jurisdicional.

O princípio da legalidade registra, de forma sintética que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer algo, senão em virtude de lei. Para tanto, o princípio em questão serve de orientação para o legislador infraconstitucional, bem como aos cidadãos que estão sobre o prisma da cartá constitucional. O princípio da legalidade mostra-se como preceito fundamental ao estado democrático de direito, ao tempo que estabelece freios ao poder do Estado, em sua relação com o cidadão comum.

Já o princípio da inafastabilidade da prestação jurisdicional, atribuída constitucionalmente ao poder judiciário, aduz que nenhuma norma legal ou outro ato normativo poderá fazer frente ou obstacular a atividade legítima do poder judiciário, na apreciação de lesão ou ameaça de lesão a direito, sob pena de flagrante inconstitucionalidade.

Nesse sentido, o ilustre doutrinador Alexandre de Moraes, registra palavras a respeito da inexistência de jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, aduzindo:

“Inexiste a obrigatoriedade de esgotamento da instância administrativa para que a parte possa acessar o judiciário. A Constituição de 1988.

8

*Rua João Pessoa, nº 267, Sala 120, 1º Andar, Edifício Cidade do Natal, Cidade Alta,
Natal/RN. CEP: 59025-500. Tel: (84) 3211.4830/91642017 Email: planejamentojuridico@yahoo.com.br*



PLANEJAMENTO JURÍDICO

Felippe de Queiroz Bessa Bandeira Leite

Advogado: OAB/RN 5938

diferentemente da anterior, afastou a necessidade da chamada jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, pois já se decidiu pela inexistência de exaurimento das vias administrativas para obter-se o provimento judicial, uma vez que excluiu a permissão, que a emenda constitucional de n.º 7 há constituição anterior estabelecera, de que a Lei condicionar-se o ingresso em juízo a exaustão das vias administrativas, verdadeiro obstáculo ao princípio do livre acesso ao judiciário.” (EM DIREITO CONSTITUCIONAL, 156 Ed, São Paulo, Editora Jurídico Atlas, 2004, pág. 105).

Pois bem, neste sentido andou bem a lei já mencionada que instituiu o DPVAT, sendo certo que a inexistência de prévio pleito administrativo esta de acordo com os princípios basilares elegidos pelo poder constituinte originário, ao passo que qualquer forma de exigência a prévio esgotamento da via administrativa mostra-se ilegal e manifestamente inconstitucional.

II.d) Da Documentação Necessária para o Recebimento da Indenização:

Anota o Art. 5.º da Lei 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, vejamos:

“Art. 5º - O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia da responsabilidade do segurado.”



PLANEJAMENTO JURÍDICO

Felippe de Queiroz Bessa Bandeira Leite

Advogado: OAB/RN 5938

Destarte, o §1.º, “a” do mesmo artigo, alterado pela Lei 8.441/92, assevera que a indenização será paga mediante a apresentação dos seguintes documentos, a saber:

- a) Certidão de Óbito;**
- b) Registro da Ocorrência no Órgão Policial Competente;**
- c) Prova de qualidade de beneficiários em caso de morte.**

Reforçando a idéia do artigo acima citado, pontifica o art. 7.º *Caput*, da Lei 6.194/74 ao estabelecer que:

“Art. 7º - A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, por seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido será pago nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consorcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.”

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

Independente, pois, do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até sumulada na corte do Superior Tribunal de Justiça. Vejamos:

10

*Rua João Pessoa, nº 267, Sala 120, 1º Andar, Edifício Cidade do Natal, Cidade Alta,
Natal/RN. CEP: 59025-500. Tel: (84) 3211.4830/91642017 Email: planejamentojuridico@yahoo.com.br*



PLANEJAMENTO JURÍDICO

Felippe de Queiroz Bessa Bandeira Leite

Advogado: OAB/RN 5938

“STJ. Sumula 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES (DPVAT) não é motivo para recusa do pagamento da indenização”

Na mesma esteira, decidiu a Egrégia Turma Recursal Cível do Estado da Paraíba, observe:

“RECURSO – SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE DA SEGURADORA DEMANDADA – AUSÊNCIA DE RESTRIÇÃO DA LEI N.º 8.441/92 A SUA APLICAÇÃO AOS OBITOS OCORRIDOS ANTES DE SUA VIGÊNCIA – DESNECESSIDADE DE PROVA DO PAGAMENTO DO PRÊMIO PELOS BENEFICIÁRIOS – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO IMPROVIDO. Todas as seguradoras consorciadas são indistintamente obrigadas ao pagamento da indenização do Seguro Obrigatório (DPVAT), bastando a prova de existência do fato e suas consequências danosas, observando-se a lei n.º. 8841/92, que não fez nenhuma restrição aos óbitos ocorridos antes de sua vigência sem que se possa exigir dos beneficiários a comprovação do pagamento do prêmio.” (Relator: Juiz Alexandre Targino Gomes Falcão. Ano 2001. Data decisão: 19/12/2000. Natureza: RECURSO INOMINADO. Órgão Julgador: TURMA RECURSAL CÍVEL. Procedência: CAMPINA GRANDE. – 2ª REGIÃO.

11

*Rua João Pessoa, nº 267, Sala 120, 1º Andar, Edifício Cidade do Natal, Cidade Alta,
Natal/RN. CEP: 59025-500. Tel: (84) 3211.4830/91642017 Email: planejamentojuridico@yahoo.com.br*



PLANEJAMENTO JURÍDICO

Felippe de Queiroz Bessa Bandeira Leite

Advogado: OAB/RN 5938

Origem: JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. Comarca: CAMPINA GRANDE).

“AÇÃO INDENIZATÓRIA – PEDIDO CUMULADO COM DANOS MORAIS – POSSIBILIDADE - SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – ACIDENTE DE VEÍCULO – RECUSA AO PAGAMENTO – PROVA DO FATO – RECURSO IMPROVIDO. A indenização decorrente do seguro obrigatório de danos pessoais (DPVAT), causados por veículos automotores via terrestre, devido a pessoa vitimada, pode ser cobrada de qualquer seguradora integrante do convênio, independente de pagamento do prêmio do seguro. Havendo recusa injustificada à cobertura securitária, pode o prejudicado, a depender do caso concreto, pleitear indenização na esfera judicial, cumulando-a com danos morais ante o desaquecimento da recusa da seguradora em não pagar. “A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre (DPVAT) não é motivo para recusa do pagamento de indenização.” (SUMULA 257 do STJ).

LITIGÂNCIA DE MÁ FÉ – PENJALIDADE REQUERIDA PELO RECORRIDO – RECURSO MANIFESTADAMENTE PROTETÓRIO – ART. 18, VII, CPC. Restando configurado o manifesto protetório do Recurso inominado, impõe-se ao recorrente a sanção gizada no art. 18 do

12

Rua João Pessoa, nº 267, Sala 120, 1º Andar, Edifício Cidade do Natal, Cidade Alta, Natal/RN. CEP: 59025-500. Tel: (84) 3211.4830/91642017 Email: planejamentojuridico@yahoo.com.br



PLANEJAMENTO JURÍDICO

Felippe de Queiroz Bessa Bandeira Leite

Advogado: OAB/RN 5938

CPC. Sentença mantida por seus próprios fundamentos (art. 46 da Lei nº 9.099/95)” (Relator: JOSÉ HERBERT LUNA LISBOA. Ano: 2002. data decisão: 17/01/2001. Natureza: RECURSO INOMINADO. Órgão Julgador: TURMA RECURSAL CÍVEL. Procedência: CAPITAL – 1ª REGIÃO. Origem: JUIZADO ESPECIAL CÍVEL.)

Sendo assim, e incontroverso a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão somente exigir a prova do fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

III.e) Do Quantum Indenizatório:

Ademais, é curial que arrolemos o escólio jurisprudencial sobre a matéria seguro DPVAT:

SEGURO OBRIGATÓRIO - Responsabilidade Civil- Cobrança ajuizada por vítima de acidente de veículos – Invalidez permanente – Não pagamento do Prêmio – Irrelevância – Circunstâncias que não exime a seguradora- Fixação da Indenização em 40 salários mínimos vigentes à época do acidente corrigidos monetariamente – Cabimento - Art. 3º, 5º, e 7º da Lei 6.194/74, com redação da lei 8441/92 – Recurso desprovido. (1TACSP – ApSum 1137355-0- 1ª C. Fér – Rel. Juiz Gonçalves Rostey- J. 31.07.2003)



PLANEJAMENTO JURÍDICO

Felippe de Queiroz Bessa Bandeira Leite

Advogado: OAB/RN 5938

SEGURO OBRIGATÓRIO – Responsabilidade Civil – Acidente de Trânsito Pretensão da Seguradora de restringir o montante indenizatório – Alegação de que somente no caso de invalidez permanente é que são devidos 40 salários mínimos referidos no art. 3º da Lei 6.194/74 – Inadmissibilidade – Demonstração de incapacidade total ou permanente para o exercício da profissão em laudo pericial – Ausência de impugnação – Cobrança procedente – Recurso Improvido(1TCSP – ApSum 0983480-2-8.ºC. Fér – Rel. Juiz Franklin Nogueira – J. 04.07.2001)

Essa tem sido a posição do Colendo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA:

“SEGURO- SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT- SALÁRIO MINIMO.”O valor do seguro obrigatório deve corresponder a 40 (quarenta) salários mínimos”(RESP 15866/SP – Recurso Especial (1997/0075966-0, Relator Min. Ruy Rosado de Aguiar, Dj 29/06/98,p.00200.V.U.).

O entendimento da Egrégia Segunda Turma Recursal Mista de João Pessoa/PB, corroborando com os demais julgados de outras cortes de Justiça no nosso País, chegou ao seguinte acórdão:

RECURSO Nº 2002020834-1 RELATOR – JUIZ FRANCISCO SERAPHICO DA NÓBREGA NETO. RECORRENTE: SUL AMÉROCA SEGUROS. ADVOGADO: BEL. WERGNAULD

14

Rua João Pessoa, nº 267, Sala 120, 1º Andar, Edifício Cidade do Natal, Cidade Alta, Natal/RN.CEp: 59025-500.Tel:(84) 3211.4830/91642017 Emailplanejamentojuridico@yahoo.com.br



PLANEJAMENTO JURÍDICO

Felippe de Queiroz Bessa Bandeira Leite

Advogado: OAB/RN 5938

FERREIRA LEITE. RECORRIDO: LUIS
OLIVEIRA DA SILVA. ADVOGADO: DR.
WAMBERTO BALBINO SALES.

EMENTA:

“AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO
OBRIGATÓRIO – DPVAT . AUSÊNCIA DE
COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DO
PRÊMIO DO SEGURO – DESNECESSIDADE -
ACIDENTE DECORRIDO ANTES DO
ADVENTO DA LEI 84417/92 – IRRELEVÂNCIA
- INDENIZAÇÃO DEVIDA – VALOR
QUALIFICADO EM 40 SALÁRIOS MÍNIMOS –
INDENIZAÇÃO LEGAL VALIDADE DOS
CRITÉRIOS – LEI 6.194/74”.

IV – DOS QUEISITOS PERICIAIS.

Em se tratando de procedimento sumário, pelo que reza o art. 276 do CPC, devemos trazer na já mesmo na Exordial os quesitos do Autor para a análise do Perito Judicial, sendo assim, requer a juntada da quesitação, como segue abaixo:

- a) Quais as lesões sofridas pela Autora?
- b) As lesões decorrem de acidente de trânsito?
- c) As lesões resultaram debilidade permanente do(s) membro(s) atingido(s), sentido ou função?
- d) Observa-se incapacidade permanente ou temporária para o trabalho ou mesmo enfermidade incurável?

15

*Rua João Pessoa, nº 267, Sala 120, 1º Andar, Edifício Cidade do Natal, Cidade Alta,
Natal/RN. CEP: 59025-500. Tel: (84) 3211.4830/91642017 Email: planejamentojuridico@yahoo.com.br*



PLANEJAMENTO JURÍDICO

Felippe de Queiroz Bessa Bandeira Leite

Advogado: OAB/RN 5938

- e) O acidente resultou em perda ou inutilização de membro, sentido ou função ou mesmo debilidade permanente?
- f) A incapacidade da Autora é total ou parcial e qual o percentual, se a mesma for observada?
- g) Se a incapacidade constatada for parcial, por qual período de tempo a Autora necessitará para sua total recuperação? Essa total recuperação é possível?

V –

DO PEDIDO.

Por tudo que restara acima exposto, requer, o Autor, que Vossa Excelência se digne a:

Receber a presente ação, deferindo a mesma, os benefícios da Justiça Gratuita, nos moldes e pelos fatos acima mencionados, bem como o pedido de tramitação em regime de celeridade processual;

Determinar a citação da Ré, no endereço acima declinado, para que a mesma compareça à Audiência de Conciliação, produzindo sua defesa, querendo, sob pena de ser decretada a sua revelia e as penalidades decorrentes de tal fato;

Receber os quesitos acima elaborados para que o Ilustre *Expert* a ser nomeado possa respondê-los quando da confecção do Laudo Médico Judicial.

16

Rua João Pessoa, nº 267, Sala 120, 1º Andar, Edifício Cidade do Natal, Cidade Alta, Natal/RN. CEP: 59025-500. Tel: (84) 3211.4830/91642017 Email: planejamentojuridico@yahoo.com.br



PLANEJAMENTO JURÍDICO

Felippe de Queiroz Bessa Bandeira Leite

Advogado: OAB/RN 5938

Sejam aplicadas as regras da Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), sobretudo A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA em favor da autora, como bem preceitua o art. 6º, inc. VIII, da aludida lei que afirma: “a facilitação da defesa dos seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova em seu favor, em processo civil, quando, a critério do juiz for verossímil a alegação ou quando for ele hipossufiente, segundo as regras ordinárias de experiências”.

Condenar o Demandado nas custas e emolumentos judiciais, bem como a arcar com honorários advocatícios de sucumbência, esses no patamar de 20% (vinte por cento), sobre o valor da condenação.

Julgar a Demanda TOTALMENTE PROCEDENTE condenando a Ré a pagar ao autor indenização securitária no valor remanescente ao que foi pago administrativamente, ou seja, R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois Reais e cinquenta centavos), com base na tabela de pagamentos de indenizações securitárias decorrentes de acidentes automobilísticos, com base nas conclusões periciais.

Dá-se à causa o valor de quarenta salários mínimos, hoje, equivalente a R\$ 11.137,50 (onze mil cento e trinta e sete Reais e cinquenta centavos).

17

*Rua João Pessoa, nº 267, Sala 120, 1º Andar, Edifício Cidade do Natal, Cidade Alta,
Natal/RN. CEP: 59025-500. Tel: (84) 3211.4830/91642017 Email: planejamentojuridico@yahoo.com.br*



PLANEJAMENTO JURÍDICO

Felippe de Queiroz Bessa Bandeira Leite

Advogado: OAB/RN 5938

Nestes termos.

Pede-se Deferimento.

Natal, 02 de setembro de 2019.

Felippe de Queiroz Bessa Bandeira Leite
OAB/RN – 5938.



PROCURAÇÃO PARTICULAR

OUTORGANTE: FRANCISCO CARVALHO VITÓRIO DA SILVA

Profissão: VIGILANTE Estado Civil: CASADO

RG: 001.264.415-SSP/RN CPF: 752.052.224-87

Endereço: RUA INIMULUM, 30 Bairro: REDAIMA

Cidade: NATAL Estado: RN CEP: 59122-270

OUTORGADOS: FELIPPE DE QUEIROZ BESSA BANDEIRA LEITE, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/RN sob o nº 5938 com endereço profissional na Rua João Pessoa, 267, Edifício Cidade do Natal, Sala 120, Cidade Alta, Natal-RN. CEP: 59025-500.


PODERES: A quem concedo(emos) amplos, limpos e ilimitados poderes, para em conjunto ou separadamente, no foro em geral, perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, propor(em) quaisquer medidas preliminares preventivas ou assecuratórias dos nossos direitos e interesses, usando, para tanto, os poderes da cláusula "AD JUDICIA ET EXTRA" e mais os especiais para transpor(em), firmar(em) compromissos, fazer acordo, receber(em), dar(em) quitação, representar-nos juntos as repartições Públicas, Estaduais, Municipais, Federais, Autárquicas e Sociedades de Economia Mista, praticando todos os atos de representação e defesa extrajudiciais, perante quaisquer pessoas físicas em geral, e, finalmente, praticar (em) todos os atos que se tornem mister para o fiel e completo desempenho deste mandato, inclusive interpor(em) total ou parcialmente, com ou sem reservas de poderes, o que tudo darei(emos) por bom, firme e valioso.

CONTRATO DE HONORÁRIOS: Concordam as partes contratantes que o valor dos serviços prestados será na proporção de 30% (trinta por cento) sobre o valor recebido pelo CONTRATANTE, a qualquer título, condenação ou acordo, incluindo as correções, multas e quaisquer outros que acrescentam ao valor recebido pelo CONTRATANTE, independentemente dos honorários de sucumbência, ou o valor fixo de R\$ 3.000,00 (três mil Reais), o que for maior em relação ao valor reconhecido dos atrasados, concordando, também, que os honorários de sucumbência pertencem exclusivamente ao CONTRATATO, não incidindo sobre o cálculo acima.

Natal, ____ de ____ de 201__.


OUTORGANTE

Declaro que o rogo acima foi apostado na minha presença e das testemunhas abaixo:


Felipe de Queiroz Bessa Bandeira Leite
OAB/RN - 5938.

Testemunhas:

1) RG: 2957364
CPF: 045.295.549-10

Assinatura: Wimoni Borges

2) RG: 1375340
CPF: 806785054-20
Assinatura:

MARCOS BATISTA FABRÍCIO





Vitorino





SESAP/RN - HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL
PRONTO SOCORRO CLÓVIS SARINHO



BOLETIM DE ATENDIMENTO Nº 19670 /2017

Admissão: 02/05/2017 23:16:09

CIRURGIA GERAL - VERDE

Paciente: 18276 - FRANCISCO CANINDE VITORINO DA SILVA (51 a 4 m 18 d)

Nascimento: 15/12/1965 Natural: CERRO CORA, BRASIL

Sexo: M Cor: PARDA

CNS: CPF: 75202522487 Prof:

Mãe: MARIA FRANCISCA DA CONCEICAO

Pai: JOSE VITORINO DA SILVA

Logradouro: RIO MAR, 20

CEP: 59122499

Bairro: REDINHA

Cidade: NATAL

Telefone: 84.988048718 84 988048718

Compl:

Motivo: MOTO X CARRO - COLISAO

Tipo: REFERENCIADO

Origem: AMBUL. SAMU NATAL

*Empresa:

Fluxograma:

Discriminador:

OBS:

Classificação: 02/05/2017 23:13:35

HORA	P.A.	HGT	SatO2	FiO2	F.R.	F.C.	TEMP.	Glasgow	RTS
	130/80		97%		20	94			

HISTÓRIA - CAUSA EFICIENTE DA LESÃO ALEGADA

Queixas: Ac de moto / FRATURA NA PERNA E

Hora: _____

Existe história de colisão moto-carro, vítima em movimento de esquerda, há aproximadamente 1h. Refere queda de consciência. Não houve a vítima. Sangue escuro. Escuro.

CONFERE COM ORIGINAL
NATAL, 20/07/18

EXAME FÍSICO (PRIMÁRIO)

A *sem sinais físicos*

B *torax normal, auscultação*

C *hemodinamicamente estável*

D *Chocou 14*

E *MB com reatidão extensa*

OUTRAS OBSERVAÇÕES:

Abdomen doloroso, flácido, indolor

Recebido em 24/17

Técnico:

DIAGNÓSTICO INICIAL - CID

Politrauma

*Gerado via SX por FRANCISCO BEZERRA DE MACEDO. Impresso em 02 de Maio de 2017.



EXAME FÍSICO (SECUNDÁRIO)

A
B
C
D
E

A (ALERGIAS): *Difusos*

M (MEDICAÇÃO EM USO):

P (PATOLOGIAS E CIRURGIAS PRÉVIAS): *HAS*

L (LÍQUIDOS E ALIMENTOS INGERIDOS): *Bebida alcohólica*

A (AMBIENTE E EVENTOS DO TRAUMA):

V (PASSADO VACINAL):

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

EXAMES COMPLEMENTARES (RADIOLOGIA E IMAGEM):

RX Tórax AP, Tórax AP

De coxa, perna e joelho (E) AP e Perfil

OUTROS

Te torax e coxa + LMS

CONDIÇÃO PRIMÁRIA (MET) CAUSAS E PROCEDIMENTOS

ANOTAÇÃO DE ENFERMAGEM

TC de tórax sem sinais de HTO

tórax ou pulmões tórax - áreas dos dois pulmões

cardiomegalia importante

sem sinais de derrame pericardial

paciente não estáável, em repouso

em O2 ambiente

pulso = 84 bpm

adonut plácido, e timpano

cap. disto dos membros inferiores

Dr. Heitor Araújo de Andrade

MÉDICO
CRM-8258

Assinatura e Carimbo do Responsável

Assinatura e Carimbo do Responsável

ENCAMINHAMENTO DO PACIENTE

ESPECIALISTA 1: *Nursing*

HORA:

DATA:

ESPECIALISTA 2: *Ortopedia*

HORA:

DATA:

ESPECIALISTA 3:

HORA:

DATA:



HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL
Admissão de Internamento Hospitalar

Nº FIA: 2392 /2017

Prontuário: 1159309

Paciente: 18276 - FRANCISCO CANINDE VITORINO DA SILVA

Cartão SUS: CPF: 75202522487

Idade: 51 anos 4 meses 19 dias Sexo: M Etnia: PARDA

Nome da mãe: MARIA FRANCISCA DA CONCEICAO

Nome do pai: JOSE VITORINO DA SILVA

Rua/Av: RIO MAR

Complemento:

CEP: 59122499

Telefone: 84 988048718 84 988048718

Especialidade: ORTOPEDICA

Responsável: FRANCISCO CANINDE VITORINO DA SILVA -

Usuário: JOSILMA PEREIRA DA SILVA

Dt Nasc: 15/12/1965

Estado Civil: NÃO INFORMADO

Nº:20

Bairro: REDINHA

Cidade: NATAL

Unidade: PS - ORTOPEDIA Leito: 1007

Admissão: 03/05/2017 04:01:49 Alta: Óbito: Dias de permanência:

DIAGNÓSTICO INICIAL: T01.2 - FERIMENTOS ENVOLVENDO REGIÕES MÚLTIPLAS DO(S) MEMBRO(S) SUPERIORES) (S) OK
308010019

DIAGNÓSTICO FINAL:

Prostata Histo

RESUMO DE ALTA

Aguardar transf.

pl do cirurgião

[Assinatura]

Dr. Felipe Guzzo
CRM - 3047

CONFERE COM ORIGINAL
NATAL 20/07/18
MAT. Nº. SAME
ASSINATURA

REVISADO
Data: 15/05/17

Assinatura

NATAL, 03 de Maio de 2017.

ASSINATURA DO MÉDICO RESPONSÁVEL - CRM



"98718-9825"
Francisco / verla





GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO NORTE
Secretaria de Estado da Saúde Pública
Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel
Pronto Socorro Clóvis Sarinho

FICHA DE
ACOMPANHAMENTO
SOCIAL

Identificação

Enfermaria: _____ Leito: _____ UTI: _____ Leito: _____
Data de admissão: ____/____/____ Alta: ____/____/____
Nome: Francisco Vinícius Vitorino da Silva Naturalidade: Natal
Idade: 51 anos Sexo: ☒ Masculino ☐ Feminino Data de Nascimento: 15/12/1965
RG: 1.264.415 Estado Civil: solteiro Nível de Instrução: Analfabeto
Filiação: Pai: José Vitorino da Silva
Mãe: Maria Francisca da Conceição
Endereço: Rua Av. Rio Mar - Fátima Cidade: Natal
Telefone: 958048718 (paciente) () Residencial () Trabalho () Recado
Contato: _____ Outros telefones: _____
Composição familiar: 02 (paciente + amigo)
Outras informações: Faz uso de ☒ Alcool ☐ Fumo ☐ Drogas ☐ Psicotrópicos

Situação Ocupacional e Vinculação Previdenciária

Atividade desenvolvida: regulante Trabalho c/ vínculo empregatício ☒ Não ☐ Sim
() Aposentado () Auxílio doença () BPC () Autônomo () Pensionista () Desempregado
Programas e Serviços: () Passe Livre () Bolsa Família () PETI () PSF () CAPs () SAD
Internação decorrente de acidente de trabalho? () Não ☐ Sim Nome da Empresa _____

Forma de Acesso ao Serviço

() Sozinho - procurou atendimento () Trazido por familiares
() Socorrido em via pública () Outros meios
() Encaminhado: Hospital de origem: _____

Crêterios para Acompanhante

Possui requisitos? () Não ☐ Sim Qual o motivo? _____
Portador de deficiência: () Auditiva () Visual () Física () Mental
Responsável pelo paciente: Maria Tereza de Souza
Parentesco: amiga Telefone: _____
Endereço do Responsável: O mesmo

Evolução

(Adaptação do paciente ao ambiente hospitalar, condições emocionais, participação da família na internação, visitas recebidas, encaminhamentos, etc.)

03/05/17 - Paciente vítima de acidente de moto. Um carro colidiu com a moto do paciente (SIC). O mesmo apresenta ferimentos na face. Pede orientações e solicitação de Xerox dos documentos 03/05/17. Despejo

Saída

óbito: Encaminhamento: ITEP () SVO () DO () Obs. _____
Alta hospitalar () Transferência () Destino: _____
Orientações/Encaminhamentos: _____

Missão: Oferecer, no âmbito hospitalar, assistência à saúde para crianças e adultos em situação de emergências clínicas, cirúrgicas, agravos de causas externas, em especial o trauma, de acordo com as melhores práticas clínicas e contribuir para o ensino e a pesquisa em saúde à luz dos valores éticos e humanitários.



MS-DAT/
VERSÃO 13.90

PROGRAMA DE APOIO A ENTRADA DE DADOS DE AIH - SISAIO1
HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL
ESPELHO DA AIH

PAG.: 11

O.E.: 0040810201

ESFERA: PÚBLICO

APRESENTAÇÃO: 08/2017

DATA: 03/08/2017

Num AIH: 241710115903-3 Situação: APURADA Tipo: 01-INICIAL Apresentação: 08/2017 Data Autorização: 03/05/2017

Especialidade: 03 - CLINICOS Orgão Emissor: M240810201 CRC:
Doc autorizador: 20728173880018 Doc med resp: 170023634540004 Doc diretor clínico: 207281608800018 Doc médico solicit: 180872024440018
CNS: 2653923 - HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL CNS: 20422158342000-6
Paciente: FRANCISCO CANINDE VITORINO DA SILVA Prontuário: 1159309
Data Nasc.: 15/12/1965 Sexo: MASCULINO Nacionalidade: 010 - BRASIL Tipo Doc.: Identidade Doc: 198950925
Responsável pac.: FRANCISCO CANINDE VITORINO DA SILVA Nome da Mãe: MARIA FRANCISCA DA CONCEICAO
Endereço: RUA RIO MAR 20 Bairro: REDINHA Raça/Cor: 03-PARDA Etnia: 0000-NAO SE APLICA
Município: 240810 - NATAL UF: RN CEP: 59122-499 Telefone: (84)9970-88462 Muda Proc.?: NÃO
Procedimento solicitado: 03.08.01.001-9 - TRATAMENTO DE TRAUMATISMOS DE LOCALIZACAO ESPECIFICADA / NAO ESPECIFICADA
Procedimento principal: 03.08.01.001-9 - TRATAMENTO DE TRAUMATISMOS DE LOCALIZACAO ESPECIFICADA / NAO ESPECIFICADA
Diag. principal: T012-FERIMENTOS ENVOLVENDO REGIOES MULTIPLAS DO(S) MEMBRO(S) SUPERIOR(ES) Diag. secundário:
Complementar: Causa Óbito:
Caráter atendimento: 05 - OUTROS TIPO DE ACIDENTE DE TRANSITO Modalidade: HOSPITALAR
Data internação: 03/05/2017 Data saída: 14/05/2017 Mot saída: 31 - TRANSFERENCIA PARA OUTRO ESTABELECIMENTO
Liberação SISAIO1: AIH Anterior: - AIH Posterior: -

[Causas Externas (Acidente ou Violência)]

CNPJ do Empregador: - CNAER: -
Vínculo Previdência: - CBOR: -

PROCEDIMENTOS REALIZADOS

Linha	Procedimento	Documento CBO	CNES/CNPJ	Apurar Valor p/	Qtde	Compt	Descrição
1	0308010019	980016278190643 225270	2653923	2653923	1	05/2017	TRATAMENTO DE TRAUMATISMOS DE
2	0301010170	980016278190643 225270	2653923	2653923	12	05/2017	CONSULTA/AVALIACAO EM PACIENTE INTERNADO
3	0802010016		2653923	2653923	12	05/2017	DIARIA DE ACCOMPANHANTE ADULTO (COM
4	0802010199		2653923	2653923	2	05/2017	DIARIA DE PERMANENCIA A MAIOR

VALORES DA PRÉVIA

VALORES DA PRÉVIA	Serviço Hospitalar		Serviço Profissional				TOTAL
	Direto		Direto		Rateado		
	Próprio	Terceiro	Próprio	Terceiro	Próprio	Terceiro	
03.01.01-CONSULTAS MEDICAS/OUTROS					27,71		27,71
03.08.01-TRAUMATISMOS	170,12				9,23		179,35
08.02.01-DIARIAS	128,38						128,38
Total Geral:	298,50				36,94		335,44

CID SECUNDÁRIO

Cid Característica Descrição
V234 PREEXISTENTE MOTOCICLISTA TRAUM. EM COL. C/CARRO, PICK-UP OU CAMINHON. - CONDUTOR TRAUM. EM ACIDENTE DE TRANSITO

Número de Nascidos Número de Saídas N° Pré-Natal:

Vivos: Mortos: Altas: Transf.: Óbitos:

"De acordo com a Portaria SAS/MS N° 92 de 22 de agosto de 1995 publicada no diário Oficial da União; Poder Executivo, Brasília, DF, 24.08.1995. Seção I, p. 12986, uma via deste relatório deve ser arquivado no prontuário do paciente"

ASSINATURA E CARIMBO
DIRETOR DO HOSPITAL



FICHA DE EVOLUÇÃO MULTIPROFISSIONAL

Nome: Francisco Camilo Vitorino da Silva
Idade: a Sexo: () M () F Enfermaria: Leito:
17/05/17 Admissão
por fratura de plavio lateral
Alto
Dr. Alex Matos de Albuquerque
Neurologista
CRM/RN 5945

12.05.17 #1º QPK
Ex-plate e' bial e
Paciente evolui com quadro clinico; nega dor no
momento; diurese e evacuação espontânea. Sono
e refexos preservados.
Ao exam: SSUV entalor; BCR
com do, suplenho a - O2 a 2L;
RCU: RCR, a RT. BCF. 3/3;
AR: AVC), a RT. S/ RA S
CD: UPU
EXT: MLC imobilizado, manobra, com ul
CO: LPM
Agua e comida.

Dr. Maxson Brito P. S. Santos
Médico
CRM/RN 8635

13/05/17 Exame semi físico
APP - m...
Dr. Alex Matos de Albuquerque
Neurologista
CRM/RN 5945

"Cuidar da saúde é um hábito de transmissão para o futuro, não é uma tarefa apenas de hoje, mas sim de sempre."



14.05.17

3º DIU

Ex físico + vital E

Paciente segue com quadro clínico e/ou intercorrências clínicas nas últimas 24h. Diurese e evacuações normais, aceita dieta, sono e repouso preservados.

No exame físico: N/D. SSVU estáveis.

RL: RCL em 2T S/S 3/3. FC: 90 bpm

AR: MV 1 em RT. S/RN S/T0: 38% saturação.

Em tempo: ontem (13/05/17) paciente teve vaga regulada para cirurgia no Hospital Decisão, mantendo-se obrigada a experiência vivida com visto internamente no Hospital.

CD: URM

Aguarda decisão do paciente e para hotel se permitir ser beneficiado na data da cirurgia do Decisão.

Dr. Márcio B. P. S. Santos
Médico
CRM/RN 8635

Mundo do Hospital

"Cuidar do cidadão acamado do transtorno mental agudo, com humanização e internação integral no menor espaço de tempo possível"



DESTINO DO PACIENTE:	Nº do Boletim de Atendimento:
INTERNAÇÃO NA CLÍNICA:	DATA: / / HORA:
SAÍDA:	DATA: / / HORA:
Decisão Médica <input type="checkbox"/>	A Revelia <input type="checkbox"/>
Transferido para:	
ÓBITO:	DATA: / / HORA:
Entregue à família <input type="checkbox"/>	com Atestado <input type="checkbox"/>
S.V.O. <input type="checkbox"/>	I.T.E.P. <input type="checkbox"/>

Destacar nessa linha e entregar ao paciente após a sua liberação

De Bruno G. A. B. (Carimbo)

DESTINO DO PACIENTE:	Nº do Boletim de Atendimento:
INTERNAÇÃO NA CLÍNICA:	DATA: / / HORA:
SAÍDA:	DATA: / / HORA:
Decisão Médica <input type="checkbox"/>	A Revelia <input type="checkbox"/>
Transferido para:	
ÓBITO:	DATA: / / HORA:
Entregue à família <input type="checkbox"/>	com Atestado <input type="checkbox"/>
S.V.O. <input type="checkbox"/>	I.T.E.P. <input type="checkbox"/>

Assinatura e Carimbo do Responsável

CONDIÇÃO PRIMÁRIA: (MEDICAÇÕES E PROCEDIMENTOS)

ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

CONFERE COM ORIGINAL
NATAL 20/07/18
MAT. Nº 1
S.M.E.
ASSINATURA

OUTROS

LABORATÓRIO

EXAMES COMPLEMENTARES: (RADIOLOGIA E IMAGEM)...

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA

EXAME FÍSICO

ANAMNESE

ATENDIMENTO ESPECIALIZADO 3



[illegible][illegible]

© 1998 by Blackwell Science Ltd
Journal of Internal Medicine 243: 399–404

W	C	E	I	S
Wavelength nm	nm	nm	nm	nm

CLASSIFICATION OF THE
FALL 1999
RESEARCH AND
TEACHING
RESEARCH AND
TEACHING
RESEARCH AND
TEACHING

ANAMNESE		EXAME FÍSICO		IMPRESSIONES DIAGNÓSTICAS	
<p>Dr. Bruno Dora CRM-RN 5823</p> <p>15/05/2014</p>					
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS		EXAMES COMPLEMENTARES (RADIOLOGIA E IMAGEM)		CONDIÇÃO PRIMÁRIA: (MEDICAÇÕES E PROCEDIMENTOS)	
OUTROS				ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL	
NOTAÇÕES DE ENFERMAGEM				ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL	

[illegible]

8242 3988





Hospital Memorial de Natal

AV. JUVENAL LAMARTINE, 979 - TIROL - NATAL/RN
Fone: (84)3133-4200 / Fax: (84)3102-1228
hmemorial@veloxmail.com.br

FICHA DE INTERNAMENTO

Data: 14/05/2017 19:34

Paciente: **FRANCISCO CANINDE VITORINO DA SILVA** Registro: **121282**
Num. RG: **1264415** CPF: **752.025.224-87** Nascimento: **15/12/1965** 52 anos Sexo: **Masculino** Est.Civil: **Divorciado(a)**
Endereço: **TRAVESSA RIO MAR** N.: **20** Bairro: **REDINHA**
Cidade : **NATAL** UF: **RN** CEP: **59000000** Fone: **08498719613**
Profissão: **VIGILANTE** Mãe: **MARIA FRANCISCA DA CONCEICAO**

Num. Internamento: **1** Entrada: **14/05/2017 19:32** Previsão saída: **16/05/2017 11:00** Atendente: **FRANCISCAR**
Convênio: **SUS MUNICIPAL** Matrícula/CNS: **898002974127683**
Médico : **Dr. EDUARDO LOPES DE SANTANA** CRM: **2156** **ENFERMARIA 101-B**

Responsável:

CPF:

RG:

Parentesco:

Declaro para fins de direito, que assumo plena responsabilidade na qualidade de devedor principal e/ou solidário por quaisquer despesas realizadas pelo paciente acima qualificado, sendo ou não paciente acima mencionado associado a qualquer instituição que mantenha convênio com o Hospital, seja para pagamento total ou parcial de tratamento médico-hospitalar ou ambulatorial.

Declaro para os fins de direito que assumo plena responsabilidade por qualquer importância que não for paga ao Hospital Memorial de Natal pela instituição conveniada a qualquer título.

Declaro ainda a validade das despesas já mencionadas até a liquidação total do débito, que autorizo seja acrescido de juros de mora e correção pelos índices oficiais, a partir da alta hospitalar, bem como as despesas de cobrança, se houver. A credora esta autorizada a emitir as respectivas duplicatas em caso de inadimplência valendo o presente documento para efeitos legais como Contrato de prestação de serviços.

Assinatura [X] Paciente [] Responsável []

HOSPITAL MEMORIAL
Av. Juvenal Lamartine, 979
Tirol 59.025-020 Natal / RN
Contato: (84) 3133-4200

Observações

PACIENTE ACOMPANHANDO AIH + RAI0-X (2 imagens) MEDICO NAO CIENTE

MedicWare

Página 1 / 1





Hospital Memorial de Natal

AV. JUVENAL LAMARTINE, 979 - TIROL - NATAL/RN
Fone: (84)3133-4200 / Fax: (84)3102-1228
hmemorial@natalrn.com.br

FICHA DE INTERNAMENTO

Data: 14/05/2017 19:34

Paciente: FRANCISCO CANINDE VITORINO DA SILVA Registro: 121282
Num. RG: 1264415 CPF: 752.025.224-87 Nascimento: 15/12/1965 52 anos Sexo: Masculino Est.Civil: Divorciado(a)
Endereço: TRAVESSA RIO MAR N.: 20 Bairro: REDINHA
Cidade : NATAL UF: RN CEP: 59000000 Fone: 084987196131
Profissão: VIGILANTE Mãe: MARIA FRANCISCA DA CONCEICAO

Num. Internamento: 1 Entrada: 14/05/2017 19:32 Previsão saída: 16/05/2017 11:00 Atendente: FRANCISCAR
Convênio: SUS MUNICIPAL Matrícula/CNS: 898002974127683
Médico : Dr. EDUARDO LOPES DE SANTANA CRM: 2156 **ENFERMARIA 101-B**

Data/Hora Alta: _____ Motivo: _____
Data da Baixa: _____ No. de dias de hospitalização: _____ No. de US: _____
Doc. Apresentado: _____ Diagnostico Definitivo: _____
Procedencia: _____
História da Doença atual: _____
Interrogatório sobre diversos aparelhos: _____
Antecedentes pessoais: _____
Antecedentes familiares: _____
Estado geral: _____
Ap. Cardiorespiratórios: _____
Ap. digestivo: _____
Ap. Locomotor e Neurológico: _____
Ap. Urinário e Ginecológico: _____
Impressão geral: _____
Conduta: _____

HOSPITAL MEMORIAL
AV. Juvenal Lamartine, 979
Tírol - Natal - RN
Fone: 3133-4200
Confira com original
Em, ____/____/____





Hospital Memorial de Natal

AV. JUVENAL LAMARTINE, 979 - TIROL - NATAL/RN
Fone: (84)3133-4100 / Fax: (84)3102-1228
hmemorial@velox-nail.com.br

Data: 14/05/2017 19:34

Paciente: FRANCISCO CANINDE VITORINO DA SILVA Registro: 121282
Num. RG: 1264415 CPF: 752.025.224-87 Nascimento: 15/12/1965 52 anos Sexo: Masculino Est. Civil: Divorçado(a)
Endereço: TRAVESSA RIO MAR N.: 20 Bairro: REDINHA
Cidade : NATAL UF: RN CEP: 59000000 Fone: 08493719613
Profissão: VIGILANTE Mãe: MARIA FRANCISCA DA CONCEICAO

Num. Internamento: 1 Entrada: 14/05/2017 19:32 Previsão saída: 16/05/2017 11:00 Atendente: FRANCISCAR
Convênio: SUS MUNICIPAL Matrícula/CNS: 898002974127683
Médico : Dr. EDUARDO LOPES DE SANTANA CRM: 2156 **ENFERMARIA 101-B**

Responsável: CPF: RG:
Parentesco:

1. - Autorizo o(a) Dr. EDUARDO LOPES DE SANTANA, a realizar o seguinte procedimento, tratamento ou cirurgia: S8467 TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DA DIAFISE DA TIBIA
2. - O(A) Dr. EDUARDO LOPES DE SANTANA, explicou-me claramente a proposta do tratamento, procedimento a qual será submetido(a), seus benefícios, riscos, complicações potenciais e alternativas. Tive a oportunidade de fazer perguntas, e todas foram respondidas satisfatoriamente. Entendo que não existe garantia absoluta sobre os resultados a serem obtidos.
3. - Autorizo qualquer outro procedimento / tratamento, incluindo transfusão de sangue, em situações imprevistas que possam ocorrer e necessitem de cuidados diferentes daqueles inicialmente proposto.

Razão por que o paciente não assinou o presente Termo de Ciência e Consentimento e Responsabilização.

Preenchido pelo responsável do paciente:

[X] Paciente [] Responsável

DEVE SER PREENCHIDO PELO MÉDICO


Certifico que expliquei detalhadamente a este paciente, ou ao seu responsável, o procedimento, cirurgia, seus benefícios, riscos e suas alternativas, respondi satisfatoriamente todas as perguntas do paciente e acredito que o paciente / responsável compreendeu todo o que expliquei.

Assumo a responsabilidade pelo procedimento a que será submetido.

Dr. EDUARDO LOPES DE SANTANA - CRM 2156

HOSPITAL MEMORIAL
Av. Juvenal Lamartine, 979 -
Tirol 59.022-020 Natal / RN
Confira sem original
Ela, / /



 GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE Secretaria de Estado da Saúde Pública Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel Pronto Socorro Clóvis Sarinho		LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AIH	
LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE INTERNAÇÃO / AUTORIZAÇÃO HOSPITALAR			
IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO			
1 - ESTABELECIMENTO SOLICITANTE		2 - CIES	
3 - ESTABELECIMENTO DO EXECUTANTE		4 - CIES	
5 - NOME DO PACIENTE FRANCISCO VITORINO DA SILVA		6 - Nº DO PROTOCOLO	
7 - CARTÃO NACIONAL / SUS	8 - DATA DE NASCIMENTO 15-12-65	9 - SEXO MASCULINO	10 - FEMININO
11 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL M. FRANCISCO DA CONCEIÇÃO		12 - TELEFONE DE CONTATO 8804-8718	
13 - ENDEREÇO (RUA, Nº) RIO MAR Nº 20		14 - CEP 5877-5521	
15 - MUNICÍPIO NATAL	16 - BAIRRO REDINHA	17 - UF RN	18 - CEP
LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO			
19 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS Fratura de perna (3)			
20 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO Fratura de perna			
21 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DOS EXAMES REALIZADOS) Rx.			
22 - DIAGNÓSTICO INICIAL Fratura de perna	23 - CID INICIAL T12	24 - CID SECUNDÁRIO	25 - LAUDOS ASSOCIADOS
PROCEDIMENTO SOLICITADO			
26 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO Procedimento	27 - LEITO / CLÍNICA	28 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO	29 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
30 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO	31 - LEITO / CLÍNICA	32 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO	33 - DT SOLICITAÇÃO 03.05.14
34 - ASSINATURA E CARIMBO (ºº REG. CONSELHO)		35 - ASSINATURA E CARIMBO (ºº REG. CONSELHO)	
PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)			
36 - () ACIDENTE DE TRÂNSITO	37 - CNPJ DA SEGURADORA	38 - Nº DO BILHETE	39 - BÔNUS
40 - () ACID. TRABALHO TÍPICO	41 - CNPJ	42 -	43 -
44 - () ACID. TRABALHO TRAJETO	45 -	46 -	47 -
48 - CID PRINCIPAL	49 - DESCRIÇÃO - CLASSIFICAÇÃO MÉDICA LEGAL		
50 - CID SECUNDÁRIO	51 - ()	52 - () GRAVE	53 - () GRAVÍSSIMA
AUTORIZAÇÃO			
54 - NOME DO PROF. AUTORIZADO	55 - NOME DO PROFISSIONAL / PARECER CONTROLE AVALIAÇÃO	56 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DA INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH)	
57 - DT AUTORIZ.	58 - DT AUTORIZ.	59 -	
60 - CIES / CFE	61 -	62 -	
63 - ASSINATURA E CARIMBO (ºº REG. CONSELHO)	64 - ASSINATURA E CARIMBO (ºº REG. CONSELHO)	65 -	

Missão: Oferecer, no âmbito hospitalar, assistência à saúde para crianças e adultos em situação de emergências clínicas, cirúrgicas, agravos de causas externas, em especial o trauma, de acordo com as melhores práticas clínicas e contribuir para o ensino e a pesquisa em saúde a luz dos valores éticos e humanitários.



INTERNAR PACIENTE

Código Solicitação: 200084208

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

Unidade Solicitante:
HOSPITAL MONSENHOR WILFREDO GURGEL
Unidade Executante:
HOSPITAL MEMORIAL
Logradouro, Endereço, Nº, Complemento, Bairro
AV JUVENAL LAMARTINE - 979 - - TIROL
Central Reguladora
Data de Solicitação:
Data de Autorização:
Data de Reserva:
Data Prevista de Alta:

CNES:
2653923
CNES:
2408252
Município Executante:
NATAL
NATAL
14.05.2017 - 10:20:51
Operador:
Q1475937431THAYSE
14/05/2017 -
10:52:04
Operador:
DS011400425FREDERICO
15.05.2017
19.05.2017

DADOS DO PACIENTE

CNS:
707006867856634
Nome do Paciente:
FRANCISCO CARINDE VITORINO DA SILVA
Nome da Mãe:
M FRANCISCA DA CONCEICAO
Sexo:
MASCULINO
Data de Nascimento:
15/12/1965 (51 anos)
Tipo Logradouro:
RUA
Número:
336
País de Residência:
BRASIL
Telefone(s):
(84) 8781-3409 (Exibir Lista Detalhada)

Nome Social/Apêlido:

Naturalidade:
CERRO CORA - RN
Raça:
PARDA
Tipo Sanguíneo:

Logradouro:
JOSE MIRANDA DA SILVA
Bairro:
PAJUCARA
Município de Residência:
NATAL

Complemento:

CEP:
50133-302
UF:
RN

DADOS DA SOLICITAÇÃO

CPF do Médico Solicitante:
03063438430
Diagnóstico Inicial - CID:
S022 - FRATURA DA DIÁFISE DA TÍBIA
Caráter:
11 - Urgência
Clínica:
ESPEC - CIRURGICO - ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA
Procedimento Solicitado:
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA DIÁFISE DA TÍBIA

Nome do Médico Solicitante:
CARLOS ANTONIO DE LIMA PINTO
Situação da Solicitação:
APROVADA
Classificação de Risco:
Prioridade 0 - Emergência, necessidade de atendimento imediato
Clínica Complementar:
Nenhuma
Código:
0408050500

LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

Principais Sinais e Sintomas Clínicos:
usuário apresentando dor, edema e limitação funcional de membro inferior
Principais Resultados de Provas Diagnósticas:
história clínica e rai-x
Condições que Justificam a Internação:
tratamento cirúrgico

PARECER

Motivo de Impedimento do Regulador:

Assinatura e Carimbo do Médico (combinador):

CRM:
Data de Solicitação:
14.05.2017 - 10:20:51

Data da Extração dos Dados: 14/05/2017 17:42:37



Código Solicitação: 200084208

Número AIH: 241710035157-8

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

Unidade Solicitante:
HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL
Unidade Executante:
HOSPITAL MEMORIAL
Logradouro, Endereço, N°, Complemento, Bairro
AV JUVENAL LAMARTINE - 979 - - TIROL

CNES:
2653923
CNES:
2408252
Município Executante
NATAL

Central Reguladora NATAL
Data de Solicitação 14.05.2017 - 10:20:51
Data de Autorização 14/05/2017 - 10:52:04
Data de Reserva 15.05.2017
Data de Internação 14.05.2017
Data Prevista de Alta 18.05.2017
Data de Alta 19/05/2017 - 12:41:36
Motivo de Alta 1.8 ALTA POR OUTROS MOTIVOS

Operador 01475937431THAYSE
Operador 05011400425FREDERICO
Operador ROSANAFREIRE
Operador PATRIC

DADOS DO PACIENTE

CNS:
707006667856634
Nome do Paciente
FRANCISCO CANINDE VITORINO DA SILVA
Nome da Mãe
M FRANCISCA DA CONCEICAO
Sexo:
MASCULINO
Data de Nascimento:
15/12/1965 (51 anos)
Tipo Logradouro:
RUA
Número:
336
País de Residência:
BRASIL
Telefone(s):
(84) 8761-3409 (Exibir Lista Detalhada)

Nome Social/Apelido:

Naturalidade:
CERMO CORA - RN
Raça:
PARDA
Tipo Sanguíneo:

Logradouro:
JOSE MIRANDA DA SILVA
Bairro:
PAXICARA
Município de Residência:
NATAL
Complemento:
CEP:
59133-302
UF:
RN

DADOS DA SOLICITAÇÃO

CPF do Médico Solicitante:
03063438430
CPF do Médico Executante:
12411337434
Diagnóstico Inicial - CID:
S822 - FRATURA DA DIÁFISE DA TÍBIA
Caráter:
11 - Urgência
Clínica:
ESPEC - CIRURGICO - ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA
Procedimento Solicitado:
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA DIÁFISE DA TÍBIA

Nome do Médico Solicitante:
CARLOS ANTONIO DE LIMA PINTO
Nome do Médico Executante:
EDUARDO LOPES DE SANTANA
Status da Solicitação:
APROVADA

Classificação de Risco
Prioridade 0 - Emergência, necessidade de atendimento imediato
Clínica Complementar:
Nenhuma
Código:
0408050500

LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

Principais Sinais e Sintomas Clínicos:
usuário apresentando dor, edema e limitação funcional de membro inferior
Principais Resultados de Provas Diagnósticas:
história clínica e raio-x
Condições que Justificam a Internação:
tratamento cirurgico

PARECER

Motivo de Impedimento do Regulador:

Assinatura e Carimbo do Médico: (examinador)

CRM:

Data de Solicitação:
14.05.2017 - 10:20:51

HOSPITAL MEMORIAL
Av. Juvenal Lamartine, 979
Tirol 59.822-620 Natal / RN
Confere-se original
Em: ____/____/____

Data da Extração dos Dados: 05/06/2017 09:03:54



Reg 1 2 1 2 7 7 NOME: FERNANDES CAVINDE VITORINO DA SILVA APTO:

Cirurgia Realizada: Redução com fixação + fixação de hérnia de L4/L5

DATA: 16-05-17 INICIO: 16:00 HS: MIN: TERMINO: 18:00 HS: MIN:

EQUIPE

Cirurgião: Edson de Santana 124133-4-34 2156

1 Auxiliar

2 Auxiliar

Anestesiologista: Dr. Alexandre da Silva Melo

Instrumentador: Lucas + João

Ato:

Realizar a redução de uma hérnia de L4/L5 com fixação de L4/L5 com placa e parafusos.

COD.	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	COD.	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	COD.	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
MEDICAMENTOS				FIQS				DESCARTÁVEL			
000326	Água Bactericida 100ml	AMP	04	000326	Vinyl 4-0 (Vetrol)	ENV		000326	Malha Tubular 12cm	ROL	
000326	Água Bactericida 10ml	AMP		000326	Vinyl 5-0 (Spectol)	ENV		000326	Malha Tubular 15cm	ROL	
000326	Água Bactericida 20ml	AMP		000326	Vinyl 6-0	ENV		000326	Máscara Descartável	UND	05
000087	Clorhexidina 1g	AMP		000326	Vinyl 7-0	ENV		000090	Poste 2 vias	UND	01
000096	Dequon 4mg. Inj.	AMP		PLACA DE SMACHE				000326	Povidine Degermante / ml	ML	100
000713	Glicose 25% 10ml Inj.	AMP					01	004787	Povidine Tópico / ml	ML	100
004283	Glicose 50% 10ml Inj.	AMP						005567	Solução Líquida	ML	100
004703	Hipoclorito 50%	FRS						000733	Sepalite Descartável	UND	10
005049	Injeção Penicilina 1M	1/4						003223	Seringa Desc. 01cc / Agulha	UND	
015111	Kalio Neutro 200mg COM	20						002445	Seringa Desc. 05cc / Agulha	UND	
006667	Novosina 3ml Inj.	AMP						002478	Seringa Desc. 05cc / Agulha	UND	02
007483	Piclorol 100mg. Inj.	AMP						003209	Seringa Desc. 10cc / Agulha	UND	03
008823	Solução Ringier 100mg	FRS						005216	Seringa Desc. 20cc / Agulha	UND	03
008449	Solução Ringier 100mg	FRS						003120	Sonda Urinal 10	UND	
008123	Soro Fisiológico 100ml	FRS						003144	Sonda Urinal 12	UND	
008718	Soro Fisiológico 5% 500ml	FRS	03					003151	Sonda Urinal 14	UND	
008740	Soro Fisiológico 5% off 500	FRS					01	003180	Sonda Urinal 16	UND	
009065	Xiloprina 2% 50ml	AMP						003182	Sonda Urinal 18	UND	
010026	Xiloprina Gelada 2%	SSG						000550	Sonda Urinal 20	UND	
CARTELA VASOZ							03	PLACA DE LARGA 10x10			
ALGODÃO							03	PARAFUSOS			
LAVAS DE PNEU							03	M 40			
ABRILIN DE BANGUI							03	M 46			
								PARAFUSOS			
								M 40			
								M 46			
								M 40			
								M 46			
								M 40			
								M 46			
								M 40			
								M 46			
								M 40			
								M 46			
								M 40			
								M 46			
								M 40			
								M 46			
								M 40			
								M 46			
								M 40			
								M 46			
								M 40			
								M 46			
								M 40			
								M 46			
								M 40			
								M 46			
								M 40			
								M 46			
								M 40			
								M 46			
								M 40			
								M 46			
								M 40			
								M 46			
								M 40			
								M 46			
								M 40			
								M 46			
								M 40			
								M 46			
								M 40			
								M 46			
								M 40			
								M 46			
								M 40			
								M 46			
								M 40			
								M 46			
								M 40			
								M 46			
								M 40			
								M 46			
								M 40			
								M 46			
								M 40			
								M 46			
								M 40			
								M 46			
								M 40			
								M 46			
								M 40			
								M 46			
								M 40			
								M 46			
								M 40			
								M 46			
								M 40			
								M 46			
								M 40			
								M 46			
								M 40			
								M 46			
								M 40			
								M 46			
								M 40			
								M 46			
								M 40			

RELATÓRIO ANESTESIA

I.S.D.A.

PRÉ-ANESTÉSICO:

DROGAS

TÉCNICA ANESTÉSICA:

DROGAS USADAS NA ANESTESIA

COD.	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	COD.	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
006190	Aderantiss	AMP		008718	Nasum	AMP	
006504	Água Mineral	AMP		007527	Passe 13mg	AMP	
000942	Aspirina 25	AMP		007556	Propagimine	AMP	
002060	Caesal de Postado	AMP		006282	Kabon	AMP	
001460	Garcia do Sodo	AMP		015165	Quelcion 100mg	AMP	
016620	Zinet 2mg	AMP		000040	Quelcion 60Xing	AMP	
002115	Ognivan	AMP		003647	Rapam	AMP	
002853	Dolanine	AMP		000974	Sertralene	ML	
003060	Darmond 15mg	AMP		006449	Ecl-Roper Sciplet	FHS	
017075	Darmond 5mg	AMP		018125	Sol-Painocid	FHS	
003071	Eltanil	AMP		008194	Sol-Gloradio	FHS	
003071	Fenical Am	AMP		008194	Sol-Super Lactago	FHB	
003180	Fecora	ML		001204	Theophylline	AMP	
017036	Haldolm	ML		003213	Tiazac	AMP	
004885	Hidromisem	AMP		008742	Vit-B ₆	AMP	
002487	Inovel	AMP		001479	Isonazida 1%	AMP	
015668	Lactosil	AMP		009989	Noseira 2% c/a	AMP	
008987	Magnese D.S. 2g	AMP		010048	Noseira 2% c/a	AMP	
008988	Magnese D.S. 2g	AMP		010010	Noseira Preada	AMP	
010506	Magnese Pectin	AMP					

Intercorrências

Intercorrelations

DESCRIÇÃO

Oxímetro

Cardioscópio

Capnógrafo

DESCRICÃO

QUANTIDADE

DESCRIÇÃO
Oxigênio Líquido

Protóxido Líquido

ANOTAÇÕES

INCHIYANESTU SA

INICIO CIRURGA

DATA

ANESTESIOLOGISTA

FINAL CURGIA

FINAL ANESTHESIA

PROTOCOLO DE CIRURGIA SEGURA

Dados do Paciente

Registro: **121282** IH: **1** Paciente: **FRANCISCO CANINDE VITORINO DA SILVA**
Nascimento **15/12/1965** **52** anos Internação **14/05/2017 19:32:59** Leito: **ENFERMARIA 101-B**

ANTES DO ATO CIRÚRGICO

16/05/2017 16:51:35 COREN - 29056 - MARIA CRISTINA DE LIRA

Observações:

PACIENTE ADMITIDO NO C.C. PROVENIENTE DO LEITO NA MACA ACOMPANHADO DO MAQUEIRO PARA REALIZAR PROCEDIMENTO CIRURGICO DE FRATURA DE TIBIA, CONSCIENTE E ORIENTADO, EM O2 AMBIENTE EM JEJUM, SIC DO MESMO NEGA ALERGIA MEDICAMENTOSA+DM AFIRMA HAS, PUCIONADO COM JELCO N° 18 VIAB.SF0.9% E SEGUE AOS CUIDADOS NO SRPA.

Doença pré-existente: **SIM - HAS**

Há reserva sanguínea: **NÃO** Prótese: **NÃO** Jóias: **NÃO** Membro e lado da cirurgia: **MIE**

Exame Laboratorial: **SIM** Risco Cirúrgico: **NÃO** Raio X. PRÉ: **SIM-QTD: 02**

Alergias (medicamentos, iodo, esparadrapo): **NÃO**

Assinatura Responsável

Melaira

Outros Exames:

SRPA

16/05/2017 16:51:35 COREN - 29056 - MARIA CRISTINA DE LIRA

Nível consciência: **CONSCIENTE**

Oxigenoterapia: **O2 AMBIENTE**

Acesso venoso: **SIM** Diurese: **NÃO** Acianótico: **NÃO** Pálido: **NÃO** Sudorese: **NÃO** Tremores: **NÃO**

Hipotensão: **NÃO** Raio X de Controle:

Medicação administradas:

Encaminhamento:

PACIENTE DE POI, CONSCIENTE E ORIENTADO, O2 AMBIENTE NA HVP, VIAB. SF0.9%, COM FERIDA OPERATÓRIA LIMPA E OCLUSIVA, DIURESE ESPONTANEA, PRECISA REALIZAR RX DE CONTROLE PÓS - OPERATÓRIO, SEM INTECORRENCIA, SEGUE ATÉ O LEITO ACOMPANHADO MAQUEIRO E TEC. DE ENFERMAGEM DO POSTO.

Assinatura Responsável

Melaira

HOSPITAL MEMORIAL
Av. Juvenal Lamartine, 979
Tirol 58.922-820 Natal / RN
Controle com original
Em: ____/____/____



PROTOCOLO DE CIRURGIA SEGURA

Data: 16/05/2017 17:28

Dados do Paciente

Registro: 121282 IH: 1

Paciente: FRANCISCO CANINDE VITORINO DA SILVA

Nascimento: 15/12/1965 52 anos Internação: 14/05/2017 19:32:59 Leito: ENFERMARIA 101-B

PROTOCOLO DE CIRURGIA SEGURA

DURANTE E APÓS O ATO CIRÚRGICO

Tipo: RAQUIANESTESIA+SEDAÇÃO VENOSA

Anestesiologista: DRº MAXWELLK

Tipo: FRATURA DE TIBIA E

Cirurgião: DRº EDUARDO

Instrumentador: LUCAS

Circulante: JOÃO

Tipo curativo: LIMPO E OCLUSIVO

Tem material para biópsia/cultura: NÃO

Inf. sanguínea: NÃO

Monitoração correta: SIM

Placa de bisturi: SIM

Antibiótico profilático?: CEFALOTINA 2G

Medicação administradas:

Intercorrências / Observações:

PCT ADMITIDO EM SALA PARA PROCEDIMENTO (DE FRATURA DE TIBIA) CIRÚRGICO CONSCIENTE E ORIENTADO IMPOSSIBILITADO DE DEAMBULAR POR CAUSA DA LESÃO. EM HVP SF 0.9% NO MSD JELCO DE Nº18 PELO DRº MAXWELLK. NEGA ALERGIA MEDICAMENTOSA. HIPERTENSO. PROCEDIMENTO CIRÚRGICO REALIZADO SEM INTERCORRÊNCIAS E ENCAMINHADO AO CRO SOB EFEITO ANESTÉSICO. ONDE FICA EM OBSERVAÇÃO POR UM PERÍODO EM OBSERVAÇÃO PELA EQUIPE DE ENFERMAGEM

FICHA DE CONTROLE DE INFECÇÃO EM CIRURGIA

CONTROLE DE INFECÇÃO EM CIRURGIA

Potencial de Contaminação: Limpa

Assinado: Germano da Silva

NEEMAS GERMANO DA SILVA
COREN - 1024886

HOSPITAL MEMORIAL
Av. Juvenal Lamartine, 979
Tirol 58.522-928 Natal / RN
Confere com original
Em, ____/____/____





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL
POLÍCIA MILITAR
COMANDO DE POLÍCIA RODoviÁRIA ESTADUAL - CPRE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
BOAT 95535

1 - LOCAL E DATA

Local AV. D.12 1020 LINDOIA FILHA Bairro PAU D'ARTE
Cidade/UF NATAL P. Ref. CAMPUS DE FUTURO
Data 02/05/2017 Hora do acidente 21:30 Hora do registro 21:26 Dia da semana TERÇA-FEIRA

2 - NATUREZA DA OCORRÊNCIA

☐ - Colisão Frontal ☒ - Colisão Lateral ☐ - Capotamento ☐ - Atropelamento
☐ - Colisão Posterior ☒ - Colisão Transversal ☐ - Choque ☐ - Outro(s)

3 - VEÍCULO 01:

Placa ou Chassi AL2E27580 Cidade NATAL UF RN
Marca/Mod. IMP. 1.6M ASTRA Cor PRETA Ano 1995/1996
Proprietário LINDOIA FILHA Nº de Ocupantes 02
Condutor LINDOIA FILHA Data de Nasc. 27/11/1977
Endereço 12.1913/21135 Nº 406 Fone 98333-4128
Bairro PAU D'ARTE Cidade NATAL UF RN
CPF Nº 031797754-82 CNH Nº 025492350787 Validade 03/06/2018 Categoria B13
Local de Trabalho _____ Fone _____
End. _____ Nº _____ Bairro _____ Cidade _____

4 - VEÍCULO 02:

Placa ou Chassi NNL: 2898 Cidade NATAL UF RN
Marca/Mod. HONDA CG 325 FAV Cor PRETA Ano 2010/2010
Proprietário AUDREZA FARIAS FERNANDES GOMES Nº de Ocupantes 02
Condutor FILANCISSA CARVALHO VITORINO DA SILVA Data de Nasc. 15/12/1976
Endereço 11.151291 Nº 04 Fone 98804-8748
Bairro PAU D'ARTE Cidade NATAL UF RN
CPF Nº 752025224-87 CNH Nº _____ Validade 1-1-1 Categoria _____
Local de Trabalho _____ Fone _____
End. _____ Nº _____ Bairro _____ Cidade _____

5 - VEÍCULO 03:

Placa ou Chassi _____ Cidade _____ UF _____
Marca/Mod. _____ Cor _____ Ano _____
Proprietário _____ Nº de Ocupantes _____
Condutor _____ Data de Nasc. _____
Endereço _____ Nº _____ Fone _____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____
CPF Nº _____ CNH Nº _____ Validade _____ Categoria _____
Local de Trabalho _____ Fone _____
End. _____ Nº _____ Bairro TEREPA Cidade _____

6 - VEÍCULO 04:

Placa ou Chassi _____ Cidade _____ UF _____
Marca/Mod. _____ Cor _____ Ano _____
Proprietário _____ Nº de Ocupantes _____
Condutor _____ Data de Nasc. _____
Endereço _____ Nº _____ Fone _____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____
CPF Nº _____ CNH Nº _____ Validade _____ Categoria _____
Local de Trabalho _____ Fone _____
End. _____ Nº _____ Bairro _____ Cidade _____

RECERDO
01 OUT 2018
TEREPA SOLAOM
E CORRETORES DE SEGS

Assinatura Número do Boletim: 95535 Número da Ocorrência: 510524 Data Registro: 11/05/2017 Hora Registro: 08:49:33 Número/Control: 584947665V



7 - VERSÕES DOS CONDUTORES

SOBRE V1 - Em que Rua/ Av. Transitava? AV. DR. JOÃO M. FILHO
Em que sentido? DE TÊN GEL / REDOLHA Em que faixa? DIREITA
Versão do condutor ALUGA QUE TRAFEGAVA NOZEMAL, QUANDO
U9 CIRCUVO NA SUA FRENTE, E MAS DEU PARA
FUUTA A COLISAR EM U9.

Assinatura do Condutor da V1

SOBRE V2 - Em que Rua/ Av. Transitava? RUA CRISTIANIS DE GEL
Em que sentido? RESIDENCIAL REDOLHA / PAJUCABA Em que faixa? DIREITA
Versão do condutor ALUGA QUE AO ENTRAR NA AV. DR. JOÃO M. FILHO
COLIDIU EM U9.

Assinatura do Condutor da V2

SOBRE V3 - Em que Rua/ Av. Transitava?
Em que sentido?
Versão do condutor

Assinatura do Condutor da V3

SOBRE V4 - Em que Rua/ Av. Transitava?
Em que sentido?
Versão do condutor

Assinatura do Condutor da V4

Autenticação Número do Boletim: 95535 Número da Ocorrência: 510524 Data Registro: 11/05/2017 Hora Registro: 08:49:33 Número/Controle: S84847665V



95535

8 - CONDIÇÕES DA VIA

Luminosidade	Cond./ Tempo	Tipo da Pista	Caract./ Pista	Cond./ Pista	Sinalização
<input type="checkbox"/> Amanhecendo	<input checked="" type="checkbox"/> Bom	<input checked="" type="checkbox"/> Asfalto	<input type="checkbox"/> Reta	<input checked="" type="checkbox"/> Seca	<input checked="" type="checkbox"/> Inexistente
<input type="checkbox"/> Pleno Dia	<input type="checkbox"/> Nublado	<input type="checkbox"/> Paralelepípedo	<input type="checkbox"/> Curva	<input type="checkbox"/> Molhada	<input type="checkbox"/> Do Agente de Trânsito
<input type="checkbox"/> Anoitecendo	<input type="checkbox"/> Chuva	<input type="checkbox"/> Concreto	<input type="checkbox"/> Ative Ingreme	<input type="checkbox"/> Inundada	<input type="checkbox"/> Do Semáforo
<input checked="" type="checkbox"/> Noite e/ Iluminação	<input type="checkbox"/> Nebulina	<input type="checkbox"/> Cascalho	<input type="checkbox"/> Ative Suave	<input type="checkbox"/> Poças D'água	<input type="checkbox"/> Faixa de Pedestre
<input type="checkbox"/> Noite e/ Iluminação	<input type="checkbox"/> Outros	<input type="checkbox"/> Terra	<input type="checkbox"/> Declive Ingreme	<input type="checkbox"/> Oleosa	<input type="checkbox"/> Linha
<input type="checkbox"/> Iluminação Deficiente		<input type="checkbox"/> Outros	<input type="checkbox"/> Declive Suave	<input type="checkbox"/> Entamada	<input type="checkbox"/> Placa(s)
			<input type="checkbox"/> Lombada	<input type="checkbox"/> Em Obras	<input type="checkbox"/> Lombada eletrônica
			<input type="checkbox"/> Cruzamento	<input type="checkbox"/> Com Buraco	<input type="checkbox"/> Vel. Máx. Perm. KM/H
			<input type="checkbox"/> Rotatória	<input type="checkbox"/> Com Areia	
			<input type="checkbox"/> Retorno		
			<input checked="" type="checkbox"/> Entroncamento		
			<input type="checkbox"/> Bifurcação		

9 - CROQUI DO ACIDENTE DE TRÂNSITO

PAJUCARA

ÁRVORE

VESTÍGIOS

SEMÁFORO

PEDESTRE

BICICLETA OU MOTO

CARRO DE PEQUENO PORTE

CAMINHÃO OU ÔNIBUS

CARRETA

20.02. João M. FILHO

V1

V2

V3

V4

R. CRISTINA

OK

CELO

10 - AVARIAS VISUALIZADAS PELO AGENTE DE TRÂNSITO

RESIDUOS DE ACIDENTE

AVARIAS DO VEÍCULO 1 LATERAL TRANSI-
 RE DO L. 012, DIRETA TRA-
 VERSA DO L. 012.



AVARIAS DO VEÍCULO 3



AVARIAS DO VEÍCULO 2 TRANSI-
 RE TRANSI-
 DO SUPORTE DO PAROL, ST-
 OUSADO, DANO NA
 MACHA.



AVARIAS DO VEÍCULO 4



Autenticação Número do Boletim: 95535 Número da Ocorrência: 510524 Data Registro: 11/05/2017 Hora Registro: 08:49:33 Número/Controle: 564947665V



11 - ☒ Vítima: condutor de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 ☐ Pedestre ☐ Testemunha
Passageiro de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 Conduzido para: Hosp. CIVIL S. CARIM Presenciou: ☐ Fato ☐ Registro
Nome FRANCISCO CANINO DE OLIVEIRA DA SILVA
RG Nº 152025224-8 Órgão Expedidor Data de Nascimento 15/12/1976
Endereço R. VISTA PARA O MAR Nº 04 Fone 98304-8728
Bairro N. TRAIÚ Cidade NATAL UF RN
Versão

Assinatura _____ Hora _____

12 - ☐ Vítima: condutor de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 ☐ Pedestre ☐ Testemunha
Passageiro de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 Conduzido para: Presenciou: ☐ Fato ☐ Registro
Nome _____
RG Nº _____ Órgão Expedidor Data de Nascimento ____/____/____
Endereço _____ Nº _____ Fone _____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____
Versão _____

Assinatura _____ Hora _____

13 - ☐ Vítima: condutor de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 ☐ Pedestre ☐ Testemunha
Passageiro de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 Conduzido para: Presenciou: ☐ Fato ☐ Registro
Nome _____
RG Nº _____ Órgão Expedidor Data de Nascimento ____/____/____
Endereço _____ Nº _____ Fone _____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____
Versão _____

Assinatura _____ Hora _____

14 - ☐ Vítima: condutor de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 ☐ Pedestre ☐ Testemunha
Passageiro de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 Conduzido para: Presenciou: ☐ Fato ☐ Registro
Nome _____
RG Nº _____ Órgão Expedidor Data de Nascimento ____/____/____
Endereço _____ Nº _____ Fone _____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____
Versão _____

Assinatura _____ Hora _____

15 - SOCORRISTA E VEÍCULO UTILIZADO SAMU: 36
Placa DWC: 5143 Cidade _____ UF _____ Marca/Modelo _____
Nome _____ RG Nº _____ Órgão Exp. _____
Endereço _____ Nº _____
Bairro _____ Cidade _____ Fone _____

16 - IMAGENS / FOTOS ☐ SIM ☒ NÃO AUTUAÇÃO ☒ SIM ☐ NÃO ATENÇÃO 110/33323 Cód/Desd 04-01

17 - OBSERVAÇÃO DO AGENTE DE TRÂNSITO

- VÍTIMA AUTUADA NO ART. 162, I DO CTB, VEÍCULO 51/CONDICIONADO DE LÍQUIDO, E FURTIVO DO SA 123456789, CANINO DE OLIVEIRA DA SILVA, JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL, RN, CPF 152025224-8.
- QUINHO INDICANDO QUE O VEÍCULO FURTIVO, CONDUTOR AUTUADO NO ART. 162, I DO CTB.
- O CONDUTOR DO VÍTIMA NÃO TEM CONDIÇÃO DE ASSINAR A SUA DECLARAÇÃO.

Nome Completo do Agente Carlos André M. Calvão
POSTO/GRAD.: PIS PM Nº 2008841 Viatura 307 Subunidade 100PIS
Local e Data NATAL 02 de maio de 2017 Carlos André M. Calvão

Autenticação Número do Boletim: 95535 Número da Ocorrência: 510524 Data Registro: 11/05/2017 Hora Registro: 08:49:35 Número Contábil: 8547665V



Rio de Janeiro, 02 de Outubro de 2018

Aos Cuidados de: FRANCISCO CANINDE VITORINO DA SILVA

Nº Sinistro: 3180457617

Vítima: FRANCISCO CANINDE VITORINO DA SILVA

Data do Acidente: 02/05/2017

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: ELIANE FERNANDES DE ASSIS LIMA

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o número de sinistro **3180457617**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias**, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 13427577

2.362,30





(1)



Buscar no site

A
COMPANHIASEGURO
DPVATPONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-
Atendimento)CENTRO DE DADOS E
ESTATÍSTICASSALA DE
IMPrensaTRABALHE
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados e o prazo final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3180457617 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA FRANCISCO CANINDE VITORINO DA SILVA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO TERRA DO SOL ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS

BENEFICIÁRIO FRANCISCO CANINDE VITORINO DA SILVA

CPF/CNPJ: 75202522487

Posição em 02-09-2019 16:26:19

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX



Valor da Indenização: R\$00.000,00

Juros e Correção: R\$00.000,00

Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
27/11/2018	R\$ 2.362,50	R\$ 0,00	R\$ 2.362,50

Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
18/10/2018	NOVA TENTATIVA DE PAGAMENTO	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/WLlqw9xfDGdIYt4AHnTA-api_key=JNZSNHQtdzoEIDdKslu8oZudRAh7DyjREZD85i0TdSU=)
03/10/2018	ABERTURA DE PEDIDO DE SEGURO DPVAT	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/Fojio3gbexvqKBUGLKFDmQ-api_key=JNZSNHQtdzoEIDdKslu8oZudRAh7DyjREZD85i0TdSU=)



Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT

(<https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8>)



(<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital>)

ACESSIBILIDADE

(/Pages/Acessibilidade.aspx)



(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A O

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Documentos Despesas Médicas (/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)

Documentos Invalidez Permanente (/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)

Documentos Morte (/Pages/Documentacao-Morte.aspx)

Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

PAGUE SEGURO

Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)

Consulta a Pagamentos Efetuados (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx)

ACOMPANHE O PROCESSO

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização. (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)



(<https://www.seguradoralider.com.br>)



(<https://www.facebook.com/seguradoraliderdpvatoficial/>)

l%C3%ADder-dpvat)

Serviços

- › Acompanhe seu Processo (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)
- › Consulta a Pagamentos (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx)
- › Saiba Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)
- › Pontos de Atendimento (/Pontos-de-Atendimento)
- › Como Pedir Indenização (/Seguro-DPVAT/Como-Pedir-Indenizacao)

Dúvidas e Respostas

- › A Seguradora Líder-DPVAT (/Pages/Quem-Somos.aspx)
- › Sobre o Seguro DPVAT (/Pages/Sobre-o-Seguro-DPVAT.aspx)
- › Informações Gerais (/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)
- › Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)
- › Dicionário do Seguro DPVAT (/Seguro-DPVAT/Dicionario-do-Seguro-DPVAT)



› Perguntas Frequentes (/Seguro-DPVAT/Perguntas%20Frequentes)

Atendimento

- › Chat - Atendimento On-line (/Contato/Chat-e-Atendimento-On-Line)
- › Dúvidas, Reclamações e Sugestões (/Contato/Duvidas-Reclamacoes-e-Sugestoes)
- › Telefones de Contato (/Contato/telefones-de-contato)
- › Ouvidoria (/Contato/Ouvidoria)
- › Canal de Denúncias (/Contato/canal-de-Denuncias)
- › Mapa do Site (/Mapa-do-Site)
- › Consumidor.gov (<https://www.consumidor.gov.br/pages/principal/?1556814921288>)

[Termos de uso e política de privacidade \(/Pages/Termos-de-Uso.aspx\)](#)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
24ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelaria, NATAL - RN - CEP: 59064-250

Ação: DPVAT - Processo: 0838770-68.2019.8.20.5001

Autor: FRANCISCO CANINDE VITORINO DA SILVA

Réu: PORTO SEGURO S/A

DESPACHO

Rec. hoje.

De início, à luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbe-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos. Desse modo, cumpre destacar que o presente feito não será encaminhado ao CEJUSC, em razão do grande número de demandas semelhantes nas quais se observou a frustração da tentativa de acordo e a significativa elasticidade do trâmite do processo, diante da extensa pauta do referido setor. Assim, em atenção ao já citado princípio da economia processual, somado ao da razoável duração do processo, tem-se como viável a inobservância da referida fase processual. Registre-se, por oportuno, que não há prejuízo a eventual realização de acordo, pois esse pode ser alcançado a qualquer tempo, inclusive sem a intervenção direta do judiciário.

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (arts. 98 e 99, § 3º, do CPC), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

Cite-se a parte demandada para, querendo, responder a ação, no prazo de 15 (quinze) dias, (art. 335, do CPC).

Apresentada a contestação, havendo preliminares, intime-se a parte autora para, também no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica.

Requerida a realização de perícia, dou por deferida (art. 381, II, do CPC) a produção da referida prova, ficando desde já nomeado(a) o(a) Dr.(a) Giovanna Dantas Fulco, médica perita, CRM nº 3538, para atuar como perito no presente feito.

Designo o dia 03/12/2019, a partir das 08:00 horas, por ordem de chegada, na sala de audiências deste juízo, para a realização de perícia médica, podendo as partes apresentarem quesitos e indicarem assistentes técnicos, caso ainda não tenham feito. Deve a requerente ser intimada pessoalmente.



Adverta-se a parte autora, na pessoa do seu advogado constituído, que o não comparecimento no dia e local da realização dos trabalhos periciais, munida da documentação pertinente ao sinistro (Raios-X, Tomografia Computadorizada -TC, Ressonância Magnética Nuclear - RMN, Exames laboratoriais) implicará em preclusão para a produção da referida prova, ensejando o julgamento antecipado da lide no estado em que se encontrar.

Não obstante a determinação antecedente, fica(m) o(s) advogado(s) da parte autora intimado para informar a seu constituinte sobre a obrigatoriedade de comparecer ao ato e implicações de sua falta.

Por oportuno, intime-se a seguradora Ré para que realize o depósito dos honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais).

Realizada a perícia, o perito terá o prazo de 10 (dez) dias para entrega do laudo neste Juízo.

Apresentado o laudo, intinem-se as partes para se pronunciarem sobre o mesmo, no prazo comum de 15 (quinze) dias, sob pena de preclusão, **bem ainda, para, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.**

Transcorrido o prazo, com ou sem resposta, expeça-se alvará para levantamento dos honorários periciais.

Havendo interesse de pessoa incapaz (art. 178, II, do CPC), dê-se vista ao Representante do Ministério Público, pelo prazo de 05 (cinco) dias.

Após, venham-me os autos conclusos.

P.I.

Natal/RN, 18 de setembro de 2019

RICARDO AUGUSTO DE MEDEIROS MOURA

Juiz de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
24ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelaria, NATAL - RN - CEP: 59064-250

Ação: DPVAT - Processo: 0838770-68.2019.8.20.5001

Autor: FRANCISCO CANINDE VITORINO DA SILVA

Réu: PORTO SEGURO S/A

DESPACHO

Rec. hoje.

De início, à luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbe-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos. Desse modo, cumpre destacar que o presente feito não será encaminhado ao CEJUSC, em razão do grande número de demandas semelhantes nas quais se observou a frustração da tentativa de acordo e a significativa elasticidade do trâmite do processo, diante da extensa pauta do referido setor. Assim, em atenção ao já citado princípio da economia processual, somado ao da razoável duração do processo, tem-se como viável a inobservância da referida fase processual. Registre-se, por oportuno, que não há prejuízo a eventual realização de acordo, pois esse pode ser alcançado a qualquer tempo, inclusive sem a intervenção direta do judiciário.

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (arts. 98 e 99, § 3º, do CPC), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

Cite-se a parte demandada para, querendo, responder a ação, no prazo de 15 (quinze) dias, (art. 335, do CPC).

Apresentada a contestação, havendo preliminares, intime-se a parte autora para, também no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica.

Requerida a realização de perícia, dou por deferida (art. 381, II, do CPC) a produção da referida prova, ficando desde já nomeado(a) o(a) Dr.(a) Giovanna Dantas Fulco, médica perita, CRM nº 3538, para atuar como perito no presente feito.

Designo o dia 03/12/2019, a partir das 08:00 horas, por ordem de chegada, na sala de audiências deste juízo, para a realização de perícia médica, podendo as partes apresentarem quesitos e indicarem assistentes técnicos, caso ainda não tenham feito. Deve a requerente ser intimada pessoalmente.



Adverta-se a parte autora, na pessoa do seu advogado constituído, que o não comparecimento no dia e local da realização dos trabalhos periciais, munida da documentação pertinente ao sinistro (Raios-X, Tomografia Computadorizada -TC, Ressonância Magnética Nuclear - RMN, Exames laboratoriais) implicará em preclusão para a produção da referida prova, ensejando o julgamento antecipado da lide no estado em que se encontrar.

Não obstante a determinação antecedente, fica(m) o(s) advogado(s) da parte autora intimado para informar a seu constituinte sobre a obrigatoriedade de comparecer ao ato e implicações de sua falta.

Por oportuno, intime-se a seguradora Ré para que realize o depósito dos honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais).

Realizada a perícia, o perito terá o prazo de 10 (dez) dias para entrega do laudo neste Juízo.

Apresentado o laudo, intinem-se as partes para se pronunciarem sobre o mesmo, no prazo comum de 15 (quinze) dias, sob pena de preclusão, **bem ainda, para, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.**

Transcorrido o prazo, com ou sem resposta, expeça-se alvará para levantamento dos honorários periciais.

Havendo interesse de pessoa incapaz (art. 178, II, do CPC), dê-se vista ao Representante do Ministério Público, pelo prazo de 05 (cinco) dias.

Após, venham-me os autos conclusos.

P.I.

Natal/RN, 18 de setembro de 2019

RICARDO AUGUSTO DE MEDEIROS MOURA

Juiz de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
24ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelaria, NATAL - RN - CEP: 59064-250

Ação: DPVAT - Processo: 0838770-68.2019.8.20.5001

Autor: FRANCISCO CANINDE VITORINO DA SILVA

Réu: PORTO SEGURO S/A

CERTIDÃO

CERTIFICO, e dou fé que em contato telefônico com a perita Dra. **Giovanna Dantas Fulco, CRM 3538**, este informou aceitar o encargo de atuar nos presentes autos como perito médico, informando a data de **03/12/2019**, a partir das 8:00 horas, para realização da perícia médica na parte autora, nesta secretaria da 24ª Vara Cível da Comarca de Natal, sito na **Rua LAURO PINTO, 315, Candelária - CEP 59064-250, Fone: 3616-9300, Natal-RN.**

Natal/RN, 19 de setembro de 2019

LUISA CAVALCANTI VIDAL

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
24ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelaria, NATAL - RN - CEP: 59064-250

MANDADO DE INTIMAÇÃO PESSOAL

PERÍCIA MÉDICA - 03/12/2019 a partir das 8h- por ordem de chegada

REGIÃO: IV- Redinha

AÇÃO: DPVAT - PROC Nº: 0838770-68.2019.8.20.5001

Autor: FRANCISCO CANINDE VITORINO DA SILVA

Réu: PORTO SEGURO S/A

De ordem do Excelentíssimo Senhor Doutor Ricardo Augusto de Medeiros Moura, MM Juiz de Direito da 24ª Vara Cível, em conformidade com o disposto no art. 225, inciso VII do CPC.

MANDO o Oficial de Justiça, a quem este for apresentado, expedido nos autos da ação acima descrita, que, em seu cumprimento, proceda à **INTIMAÇÃO PESSOAL** do(s) destinatário(s) abaixo, se necessário que seja efetivada por hora certa, ou fora do horário normal, inclusive aos domingos e feriados, nos termos do art. 252 e 253, bem como seus parágrafos, do CPC, a fim de comparecer perante este Juízo, no Fórum Des. Miguel Seabra Fagundes, sito à Rua Dr. Lauro Pinto, 315, 2º andar, Lagoa Nova, Natal/RN, para Perícia Médica a ser realizada no dia 03/12/2019 a partir das 8h, por ordem de chegada, portando documento de identificação, bem como a documentação pertencente ao sinistro (raio x, tomografias, ressonâncias, exames laboratoriais) e trajando vestimenta adequada ao ambiente forense.

DESPACHO: "...Advirta-se a parte autora que o seu não comparecimento no dia e local da realização dos trabalhos periciais, munida da documentação pertinente ao sinistro (raios-x, TC, RNM, exames laboratoriais) implicará em preclusão para a produção da referida prova, ensejando o julgamento antecipado da lide no estado em que se encontrar."

ADVERTÊNCIA: Advirta-se a parte autora que o seu não comparecimento no dia e local da realização dos trabalhos periciais, munida da documentação pertinente ao sinistro implicará em preclusão para a produção da referida prova, ensejando o julgamento antecipado da lide no estado em que se encontrar.

Destinatário:

FRANCISCO CANINDE VITORINO DA SILVA
Rua Prímulas, 30, Redinha, NATAL - RN - CEP: 59122-270

Natal, 19 de setembro de 2019





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
24ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelaria, NATAL - RN - CEP: 59064-250

MANDADO DE CITAÇÃO

Região: X- Lagoa Nova

Ação: DPVAT - Proc nº 0838770-68.2019.8.20.5001

Autor: FRANCISCO CANINDE VITORINO DA SILVA

Réu: PORTO SEGURO S/A

De ordem do Exmo Sr Dr. Ricardo Augusto de Medeiros Moura, Juiz de Direito da 24ª Vara Cível, na forma da lei.

MANDA ao Oficial de Justiça, a quem este for apresentado, expedido nos autos da ação acima descrita, que, em seu cumprimento, proceda à CITAÇÃO do destinatário abaixo, se necessário que seja efetivada por hora certa, ou fora do horário normal, inclusive aos domingos e feriados, nos termos dos arts. 252 e 253 do CPC, do CPC, para, querendo, contestar a ação no prazo de quinze (15) dias.

DESPACHO: "(...) Cite-se a parte demandada para, querendo, responder a ação, no prazo de 15 (quinze) dias, (art. 335, do CPC).(...)"

ADVERTÊNCIA: Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor. (art. 344 do CPC).

OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 225, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço <https://pje.tjrn.jus.br/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>, utilizando os códigos, abaixo descritos, sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. Ressalte-se que este processo tramita em meio eletrônico através do sistema PJe, sendo vedada a junta de de quaisquer documentos por meio físico quando houver o patrocínio de advogado. É imprescindível que o tamanho de cada arquivo a ser inserido tenha, no máximo, 1,5 Mb (megabytes). O único formato de arquivo compatível com o sistema PJe é o ".pdf".

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	19090217073371100000046815830
(1) AÇÃO DPVAT - FRANCISCO CANINDE	Outros	



VITORIANO DA SILVA	documentos	19090217073495000000046815835
(2) Procuração - RG - CPF - Prontuário de Primeiro Atendimento	Outros documentos	19090217073535800000046815837
(3) Prontuário de Primeiro Atendimento 2	Outros documentos	19090217073568800000046815839
(4) Prontuário de Primeiro Atendimento 3	Outros documentos	19090217073606200000046815840
(5) Prontuário de Primeiro Atendimento 4	Outros documentos	19090217073641200000046815841
(6) Prontuário de Primeiro Atendimento 5	Outros documentos	19090217073685700000046815842
(7) Prontuário de Primeiro Atendimento 6	Outros documentos	19090217073720300000046815843
(8) Prontuário de Primeiro Atendimento 7 - BO - Requerimento Administrativo	Outros documentos	19090217073752100000046815844
(9) Valor Recebido Administrativamente	Outros documentos	19090217073793800000046815845
Despacho	Despacho	19091817441287300000047341575
Intimação	Intimação	19091817441287300000047341575
Certidão	Certidão	19091912154264600000047380425
Intimação	Intimação	19091912244652900000047380443

P O R T O S E G U R O
Avenida Prudente de Moraes, 4022, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59056-200

D e s t i n a t á r i o :
S / A

Natal/RN, 19 de setembro de 2019

LUISA CAVALCANTI VIDAL
(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)



CERTIDÃO

Certifico que, dirigi-me ao endereço indicado no mandado e após as formalidades legais, deixei de intimar o Sr. FRANCISCO CANINDÉ VITORINO DA SILVA, por não residir mais neste endereço, segundo informações de sua neta, Rauana menor de 18, informou que o qual mudou-se para o Rio Doce, na Redinha, mais não soube informar o endereço correto, mais sempre vem visitar seus netos, ai deixei a contra-fé com a sua neta, para que o mesmo possa receber e comparecer a Perícia Medica marcada, o referido é verdade e dou fé. Natal, 02 de Outubro de 2019.

JOSÉ ARNALDO DE PAIVA

Oficial de Justiça



Certifico que, em cumprimento ao mandado, me dirigi ao local e lá CITEI a PORTO SEGURO S/A, através de seu representante legal, que após a leitura do mandado, exarou o seu ciente e recebeu a contra fé. O referido é verdade e dou fé.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
24ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelaria, NATAL - RN - CEP: 59064-250

MANDADO DE CITAÇÃO

Região: X- Lagoa Nova

Ação: DPVAT - Proc nº 0838770-68.2019.8.20.5001

Autor: FRANCISCO CANINDE VITORINO DA SILVA

Réu: PORTO SEGURO S/A

Recebido em
09/10/19
Hanna F. Sousa
Suc. Rio Grande do Norte
(84) 3082-7000

De ordem do Exmo Sr Dr. Ricardo Augusto de Medeiros Moura, Juiz de Direito da 24ª Vara Cível, na forma da lei.

MANDA ao Oficial de Justiça, a quem este for apresentado, expedido nos autos da ação acima descrita, que, em seu cumprimento, proceda à CITAÇÃO do destinatário abaixo, se necessário que seja efetivada por hora certa, ou fora do horário normal, inclusive aos domingos e feriados, nos termos dos arts. 252 e 253 do CPC, do CPC, para, querendo, contestar a ação no prazo de quinze (15) dias.

DESPACHO: "(...) Cite-se a parte demandada para, querendo, responder a ação, no prazo de 15 (quinze) dias, (art. 335, do CPC) (...)".

ADVERTÊNCIA: Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor. (art. 344 do CPC).

OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 225, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço <https://pje.tjrn.jus.br/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>, utilizando os códigos, abaixo descritos, sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. Ressalte-se que este processo tramita em meio eletrônico através do sistema PJe, sendo vedada a junta de quaisquer documentos por meio físico quando houver o patrocínio de advogado. É imprescindível que o tamanho de cada arquivo a ser inserido tenha, no máximo, 1,5 Mb (megabytes). O único formato de arquivo compatível com o sistema PJe é o ".pdf".

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	19090217073371100000046815830
(1) AÇÃO DPVAT - FRANCISCO CANINDÉ VITORIANO DA SILVA	Outros documentos	19090217073495000000046815835
(2) Procuração - RG - CPF - Prontuário de Primeiro Atendimento	Outros documentos	19090217073535800000046815837
(3) Prontuário de Primeiro Atendimento 2	Outros documentos	19090217073568800000046815839

Carlos A

19/09/2019 13:02



(4) Prontuário de Primeiro Atendimento 3	Outros documentos	19090217073606200000046815840
(5) Prontuário de Primeiro Atendimento 4	Outros documentos	19090217073641200000046815841
(6) Prontuário de Primeiro Atendimento 5	Outros documentos	19090217073685700000046815842
(7) Prontuário de Primeiro Atendimento 6	Outros documentos	19090217073720300000046815843
(8) Prontuário de Primeiro Atendimento 7 - BO - Requerimento Administrativo	Outros documentos	19090217073752100000046815844
(9) Valor Recebido Administrativamente	Outros documentos	19090217073793800000046815845
Despacho	Despacho	19091817441287300000047341575
Intimação	Intimação	19091817441287300000047341575
Certidão	Certidão	19091912154264600000047380425
Intimação	Intimação	19091912244652900000047380443

Destinatário:

PORTO SEGURO S/A

Avenida Prudente de Moraes, 4022, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59056-200

Natal/RN, 19 de setembro de 2019

LUIZA CAVALCANTI VIDAL

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)



Assinado eletronicamente por: LUIZA CAVALCANTI VIDAL

19/09/2019 12:42:38

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 49026831



19091912423855900000047381468

imprimir



Excelentíssimo Senhor doutor JUIZ DE DIREITO DA MM. 24ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL, DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.

Processo: 0838783-67.2019.8.20.5001

Autor: FRANCISCO CANINDÉ VITORINO DA SILVA

Réu: PORTO SEGUROS S/A

FRANCISCO CANINDÉ VITORINO DA SILVA, já devidamente qualificado nos Autos do processo acima epigrafados, vem, de forma deveras respeitosa a presença de Vossa Excelência, por intermédio de seu procurador judicial e bastante Advogado, devidamente habilitado para tanto, em atenção ao R. Despacho de Id 49547653, informar e requerer o que se segue:

Em R. Despacho acima identificado este MM. Juízo determinou que o Autor se manifestasse acerca da eventual litispendência, ao passo que, entende que a presente Ação é idêntica a assentada aos Autos de número 0838770-68.2019.8.20.5001, que também tramita neste MM. 24ª Vara Cível.

Contudo, Douto Magistrado, em que pese tratar-se das mesmas partes e do mesmo pedido, as causas de pedir são diferentes, ao passo que, enquanto o pedido da indenização securitária realizando nestes Autos diz respeito de acidente de trânsito ocorrido em 13 de novembro de 2015, do qual originou o Sinistro de número 3160524075.

Já nos Autos de número 083770-68.2018.8.20.5001, está sendo discutida as sequelas oriundas de outro acidente de trânsito, este ocorrido em 02 de maio de 2017 e que gerou o Sinistro de número 3180457617, conforme documentação acostas aqueles Autos.

Desta forma, percebemos que é tratado de acidentes de trânsito diferentes, que ocorreram em momentos diferentes e que geraram requerimentos administrativos diferentes, também, em sendo assim, em que pese a identidade de partes e de pedidos, a causa de pedir é diferente, o que nos leva a requerer o prosseguimento do presente feito.



Nestes Termos,
Pede-se o Provimento.

Natal, 19 de outubro de 2010.

Felippe de Queiroz Bessa Bandeira Leite
OAB/RN – 5938.





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 24ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN

Processo: 08387706820198205001

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, empresa seguradora com sede à Av. Rio Branco, 1489 - Campos Elíseos - São Paulo -SP - CEP: 01205-900, inscrita no CNPJ sob o número 61.198.164/0001-60 e **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FRANCISCO CANINDE VITORINO DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor:

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **02/05/2017**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **02/05/2017**.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Cumpra esclarecer que após a devida análise da documentação apresentada a Seguradora, o médico perito avaliou como incompleta e parcial a lesão acometida pela vítima, o que por certo descaracteriza o pleito de indenização integral por seguro obrigatório DPVAT.

Deste modo, a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na monta de **R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, valor este correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada pela parte Autora em sede administrativa.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

DA NECESSIDADE DA PROCURAÇÃO SER OUTORGADA POR INSTRUMENTO PÚBLICO

É cediço que nas procurações em que o outorgante é analfabeto não comporta a outorga via instrumento particular³, mas tão somente por instrumento público, conforme interpretação a contrario sensu do art. 654 do Código Material Civil.

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

³"Acidente de Veículo. Responsabilidade extracontratual. Solidariedade. Não Reconhecimento. Ilegitimidade passiva ad causam. Extinção do processo sem resolução de mérito. Impertinente a inclusão no pólo passivo da ação da empresa contratante de serviços de distribuição por ato ilícito praticado por empregado, serviços ou prepostos do agente, diante da ausência de solidariedade prevista em lei ou no contrato. Ação. Analfabeto. Procuração. Instrumento Público. Necessidade. Em se tratando de analfabeto, é obrigatória a procuração por instrumento público. (TJSP – Agravo de Instrumento nº 990.10.453486-0 – Praia Grande – 27ª Câmara de Direito Privado – Rel. Des. Gilberto Leme – Julgado em 07.12.2010) (...) No que tange à regularização processual, anote-se que, em se tratando de analfabeta, a validade do mandato judicial é condicionada à existência de instrumento público, para que se demonstre a efetiva outorga de poderes para a representação em juízo (CC, art. 654). Arnoldo Rizzardo assevera que o analfabeto, "por não possuir firma, e, em decorrência, não assinar, o que torna impossível comprovar lhe pertençam os dizeres lançados no instrumento, a forma pública é imprescindível" (op. cit. 687). Arnoldo Wald enuncia que "O analfabeto só pode dar procuração por instrumento público." (Obrigações e Contratos, 13a ed., São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, p. 452). Ao tratar desse tema, Humberto Theodoro Júnior leciona que: "O instrumento público só é obrigatório para os analfabetos ou os que não tenham condições de assinar o nome." (Curso de Direito Processual Civil, vol. I, Forense, 2009, RJ, pág. 102)."



Ocorre que, *in casu*, na procuração juntada aos autos, a outorga tem sido feita por instrumento particular, não obstante a parte autora não conseguir assinar seu nome, conforme exigência daquele dispositivo legal.

Dessa feita, com o fito de evitar maiores prejuízos aos litigantes, necessário se faz a intimação da parte autora para sanar o vício contido no documento acostado no presente caderno processual.

A intimação para sanar tal vício se faz mister, pois no caso dos autos, é indubitável que a procuração outorgada é eivada de vício não produzindo, assim, nenhum efeito legal⁴.

Assim, requer a Vossa Excelência se digne intimar a parte autora para sanar o vício contido no instrumento procuratório, sob pena de indeferimento da inicial.

DO MÉRITO

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC⁵.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de **R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, após a regulação do sinistro.

⁴Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Apelação Cível nº [\[2009.001.20283\]](#), 10ª Câmara Civil, Julgamento: 30/06/2009. “*Apelação Cível. Ação declaratória de inexistência de débito. Tarifa de esgoto. Autor-apelante que apresenta procuração sem assinatura, tendo lançado mera impressão de digital em instrumento particular de mandato. Mandatário analfabeto que deve outorgar poderes em instrumento público, conforme exegese dos arts. 215, § 2º do Código Civil e 366 do Código de Processo Civil. Inércia injustificada após concessão de prazo para a regularização. Atos processuais inexistentes. Inteligência do arts. 13, inciso I, c/c 37, caput e § único e 38, todos do C.P.C. Recurso do qual não se conhece.*”

⁵“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGUROADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGENCIA: 1769-S CONTA: 000000411000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 27/11/2018

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 2.362,50

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: FRANCISCO CANINO VITORINO DA SILVA

BANCO: 104

AGENCIA: 01953

CONTA: 000000010832-0

Nr. de Autenticação 4C95F5B8FDC05EF6

Ocorre, que durante o processo administrativo a parte foi submetida a perícia e de acordo com avaliação médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

“(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado.”

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, discorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Ante o exposto, deve o feito deve ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO

Conforme ilação dos documentos acostados pelo requerente, o mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de 02/05/2017. Ademais, houve pagamento administrativo na razão de R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais⁶.

Por certo, a mencionada Lei 11.945/09 deverá ser aplicada ao caso concreto, em respeito ao princípio *tempus regit actum* (Art. 6º, §1º, LINDB).

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ⁷.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, a fim de dirimir o cerne da questão, qual seja, o percentual indenizável, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pelo autor é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral ao Autor, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

⁶RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE DE MONSTRACÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

⁷**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”



Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado em seguida abatido o valor pago na seara administrativa na monta de **R\$ 2.362,50 (DOIS MIL E TREZENTOS E SESENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**.

DA IMPOSSIBILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Não há que se falar em inversão do ônus da prova, vez que o seguro DPVAT não se trata de relação de consumo, e sim de uma obrigação legal.

Assim, não pode a parte autora ser confundida como consumidora, pois, não há qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, o que gera a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Neste sentido é o recente entendimento firmado pelos Tribunais pátrios⁸, ratificando o descabimento da inversão do ônus da prova com base na aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Sendo assim, por se tratar de prova essencial dos fatos constitutivos da pretensão autoral, deverá o ônus da prova ser custeado pela parte autora, como determina o art. 373, I do CPC.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁹.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação¹⁰.

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

⁸“PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO APRECIADA PELO JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO PELA INSTÂNCIA REVISORA. **INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE DO DIPLOMA LEGAL CONSUMERISTA ÀS RELAÇÕES DE SEGURO OBRIGATÓRIO.** Agravo de Instrumento interposto de decisão que em ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT deferiu a inversão do ônus da prova. 1. Preliminar de ausência de interesse de agir não enfrentada pelo juízo a quo impede o exame pela instância revisora, sob pena de supressão de instância. 2. **A contratação compulsória do seguro obrigatório DPVAT afasta a natureza consumerista da relação jurídica entre seguradora e segurado, e impossibilita a decretação da inversão do ônus da prova com base no artigo 6º, VIII, da Lei nº 8078/90.** 3. **Recurso a que se dá provimento, com base no artigo 557 § 1º-A do Código de Processo Civil, para afastar a inversão do ônus da prova decorrente da aplicação do Código de Defesa do Consumidor.**”(TJ-RJ - AI: 00612946320148190000 RJ 0061294-63.2014.8.19.0000, Relator: DES. FERNANDO FOCH DE LEMOS ARIGONY DA SILVA, Data de Julgamento: 12/01/2015, TERCEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 16/01/2015).

⁹“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

¹⁰art. 1º. (...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.



Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Considerando a sua criação com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT, requer a substituição do pólo passivo para que passe constar a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT.

Requer a Ré o acolhimento das preliminares suscitadas.

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar a indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Súmula 474 do STJ.**

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do Convênio de nº01/2013 firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT. Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em até 15 (quinze) dias.

Para fins do expresso no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer a Ré que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos com endereço à Rua São José, nº 90, Grupo 810 a 812, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP:20.0010-020, Tel: 21-3265-5600, corporativo@joaobarbosaadvass.com.br e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do **DR. ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR**, inscrito sob o **nº5432-OAB/RN**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

NATAL, 16 de outubro de 2019.

ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR
5432 - OAB/RN

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



QUESITOS DA RÉ

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.



BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 27/11/2018

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 2.362,50

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: FRANCISCO CANINDE VITORINO DA SILVA

BANCO: 104

AGÊNCIA: 01953

CONTA: 000000010832-0

Nr. da Autenticação 4C95F5B8FDC05EF6



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3180457617 **Cidade:** Natal **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: FRANCISCO CANINDE VITORINO DA SILVA **Data do acidente:** 02/05/2017 **Seguradora:** COMPREV SEGURADORA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 05/10/2018

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA DA DIÁFISE DA TÍBIA ESQUERDO.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO(OSTEOSSÍNTESE).
ALTA MÉDICA..

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO DO ARCO DOS MOVIMENTOS DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO.

Sequelas: Com sequela

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas: APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DEBILIDADE FUNCIONAL LEVE DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO.

Documentos complementares:

Observações:

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau leve - 25 %	17,5%	R\$ 2.362,50
Total			17,5 %	R\$ 2.362,50

ESPECIALISTA

Empresa: Líder- Serviços AMD

Grupo: EQ3

Nome: RICARDO DE OLIVEIRA BLANCO

CRM: 902330

UF do CRM: RJ

Assinatura:



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3180457617 **Cidade:** Natal **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: FRANCISCO CANINDE VITORINO DA SILVA **Data do acidente:** 02/05/2017 **Seguradora:** COMPREV SEGURADORA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 05/10/2018

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA DA DIÁFISE DA TÍBIA ESQUERDO.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO(OSTEOSSÍNTESE).
ALTA MÉDICA..

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO DO ARCO DOS MOVIMENTOS DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO.

Sequelas: Com sequela

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas: APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DEBILIDADE FUNCIONAL LEVE DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO.

Documentos complementares:

Observações:

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau leve - 25 %	17,5%	R\$ 2.362,50
Total			17,5 %	R\$ 2.362,50





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
24ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelaria, NATAL - RN - CEP: 59064-250

Ação: DPVAT - Processo: 0838770-68.2019.8.20.5001

Autor: FRANCISCO CANINDE VITORINO DA SILVA

Réu: PORTO SEGURO S/A

ATO ORDINATÓRIO

Com permissão do artigo 152, § II, do CPC, c/c o inciso VI, bem como do Provimento nº 154, de 09.09.2016, da Corregedoria de Justiça, art. 78, inciso VI, **INTIMO** as partes, através dos seus advogados, para acompanharem a avaliação pericial que será realizada no dia 03/12/2019, a partir das 8h, pela perita, Dra. Giovanna Dantas Fulco, CRM 3538, no seguinte endereço: Rua Dr. Lauro Pinto, 315, Fórum Desembargador Miguel Seabra Fagundes, 2º andar, sala de audiência da 24ª Vara Cível, devendo as partes indicarem assistente e apresentarem quesitos. **INTIMO**, outrossim, a parte ré, através dos seus advogados, para, no prazo de 15 (quinze) dias, providenciar a realização do depósito dos honorários periciais, comprovando nos autos. **INTIMO**, ainda, a parte autora, através do seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, se pronunciar sobre a **contestação de ID nº 50036637**

Natal, 4 de novembro de 2019

LUISA CAVALCANTI VIDAL

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
24ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelaria, NATAL - RN - CEP: 59064-250

Ação: DPVAT - Processo: 0838770-68.2019.8.20.5001

Autor: FRANCISCO CANINDE VITORINO DA SILVA

Réu: PORTO SEGURO S/A

ATO ORDINATÓRIO

Com permissão do artigo 152, § II, do CPC, c/c o inciso VI, bem como do Provimento nº 154, de 09.09.2016, da Corregedoria de Justiça, art. 78, inciso VI, **INTIMO** as partes, através dos seus advogados, para acompanharem a avaliação pericial que será realizada no dia 03/12/2019, a partir das 8h, pela perita, Dra. Giovanna Dantas Fulco, CRM 3538, no seguinte endereço: Rua Dr. Lauro Pinto, 315, Fórum Desembargador Miguel Seabra Fagundes, 2º andar, sala de audiência da 24ª Vara Cível, devendo as partes indicarem assistente e apresentarem quesitos. **INTIMO**, outrossim, a parte ré, através dos seus advogados, para, no prazo de 15 (quinze) dias, providenciar a realização do depósito dos honorários periciais, comprovando nos autos. **INTIMO**, ainda, a parte autora, através do seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, se pronunciar sobre a **contestação de ID nº 50036637**

Natal, 4 de novembro de 2019

LUISA CAVALCANTI VIDAL

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)



Juntada de honorários periciais.





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 24ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN

Processo: 08387706820198205001

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FRANCISCO CANINDE VITORINO DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,
Pede Juntada.

NATAL, 1 de novembro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/RN 980-A

ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR
5432 - OAB/RN





Banco do Brasil

Nº DA CONTA JUDICIAL

1100132222467

Nº DA PARCELA

0

DATA DO DEPÓSITO

30/10/2019

AGÊNCIA (PREF / DV)

3795

TIPO DE JUSTIÇA

ESTADUAL

DATA DA GUIA

29/10/2019

Nº DA GUIA

2658598

Nº DO PROCESSO

08387706820198205001

TRIBUNAL

TRIBUNAL DE JUSTICA

COMARCA

NATAL

ORGÃO/VARA

24 VARA CIVEL

DEPOSITANTE

RÉU

VALOR DO DEPÓSITO (R\$)

200,00

NOME DO RÉU/IMPETRADO

TIPO DE PESSOA

Juridico

CPF / CNPJ

NOME DO AUTOR / IMPETRANTE

FRANCISCO CANINDE VITORINO DA SILVA

TIPO DE PESSOA

Fisica

CPF / CNPJ

75202522487

AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA

E4392C20114C76C8

CÓDIGO DE BARRAS



EXELENTEÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO MM. 24ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.

Processo: 0838770-60.2019.8.20.5001

Autor: FRANCISCO CANINDÉ VITORINO DA SILVA

Réu: PORTO SEGUROS COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

FRANCISCO CANINDÉ VITORINO DA SILVA, já devidamente qualificado nos Autos do processo acima epigrafado, vem, de forma deveras respeitosa a presença de Vossa Excelência, por intermédio de seu Advogado e bastante procurador, devidamente habilitado para tanto, em atenção ao R. Ato Ordinatório de 50510691, no prazo legal ofertado, conforme certidão aduzida aos Autos, apresentar sua Réplica à Contestação e impugnações aos documentos apresentados pelo Demandante, em Ids 50036619/50036648, fazendo-o da seguinte forma:

I – DA SÍNTESE DO ALEGADO.

Em breve e apertada síntese, trouxe aos Autos defesa escrita levantando questões preliminares, defendendo-se quanto ao mérito e juntando documentos.

Ao final pugnou pelo deferimento da Preliminar mencionada e no mérito requereu a improcedência da ação, afirmando que não deveria pagar pela prova pericial, tendo até mesmo agravado da decisão interlocutória que determinou que o mesmo arcasse com. Juntando aos Autos documentos que achou pertinente.

II – DA MANIFESTAÇÃO PROPRIAMENTE DITA.

-

II.a) Da Validade do Instrumento de Procuração:

-



Arguiu a Demandada que o Instrumento Particular de Outorga de Poderes seria nulo, ao passo que o fato de o Autor ser analfabeto, o referido documento deveria ser confeccionado por Ofício de Notas, posto gozar de fé pública para tanto.

Todavia, vemos do referido documento, juntado aos Autos em Id 48420405 que o aludido documento encontra-se com a assinatura a rogo deste Causídico, bem como é chancelado por duas testemunhas que presenciaram o ato.

Tendo em vista o princípio da simplicidade da instrumentalidade das formas, temos que o referido documento, posto que observa os requisitos, é plenamente válido a conferir poderes ao Causídico que subscreve eletronicamente a Inicial, como Patrono do Autor.

Desta forma, deve ser indeferida a presente preliminar, devendo-se prosseguir o feito, todavia, se esse não for o entendimento de Vossa Excelência, pugna pela abertura de prazo para a juntada de documento público.

II.b) Das Questões de Mérito:

Já no mérito, argumentou que o pedido Autora deveria ser julgado improcedente, ao passo que o Autor teria recebido administrativamente o valor de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois Reais e cinquenta centavos).

Contudo, Nobre Juiz, o Promovente jamais negou o recebimento de tais valores, ao contrário, afirmou expressamente tal recebimento, como também juntou aos Autos comprovantes de tal pagamento.

O que é afirmado na Inicial é que, devido a gravidade do acidente suportado pelo Demandante, a indenização securitária deveria ser em valor superior ao que foi pago, pugnando que, após comprovação pericial, a Promovida seja condenada a pagar o valor remanescente, acrescido de juros e de correção monetária.



-

III –

DOS REQUERIMENTOS.

Sendo assim, requer o recebimento destas Impugnações, com o Indeferimento das preliminares suscitadas, bem como, o recebimento das manifestações, reiterando, ao final o pedido de procedência.

Nestes Termos,

Pede-se Deferimento.

Natal, 26 de novembro de 2019.

Felippe de Queiroz Bessa Bandeira Leite

OAB/RN – 5938.



Laudo Pericial



**AValiação Médica
PARA FINS DE CONCILIAÇÃO**

[Art. 3º §1º da Lei 11.945 de 4/6/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974]

Informações da Vítima

Nome completo: Francisco Camilo Vitorino da Silva

CPF: _____

Endereço completo: _____

Informações do acidente

Local: Natal

Data do Acidente: 02/07/17

Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicadas, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de conciliação em razão do processo judicial nº 083.877.0-68, 2019 que tramita na 24ª Vara Cível da Comarca de Natal/RN, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor.

Assinatura da vítima

Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente do acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim () Não () Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

Fratura de tíbia esquerda (diáfise), com fratura-
mostru cunhada

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

Limitação dos movimentos do MLE, com edema
e dor, mesmo após tratamento cirúrgico.

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

() Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):



IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) () disfunções apenas temporárias
b) ☒ dano anatómico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatómico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima.

limitação dos movimentos do MTE com dor e edema, mesmo após tratamento cirúrgico.

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou do tratamento, faz-se necessário exame complementar?

() Sim, em que prazo:

(X) Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatómico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) () Total

(Dano anatómico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da Vítima)

b) ☒ Parcial

(Dano anatómico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da Vítima).

Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

- b.1 () Parcial Completo (Dano anatómico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima).

- b.2 ☒ Parcial Incompleto (Dano anatómico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima).

- b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatómico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão

MTE () 10% Residual () 25% Leve ☒ 50% Média () 75% Intensa

2ª Lesão

() 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa

3ª Lesão

() 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa

3ª Lesão

() 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

limitação dos movimentos do MTE com dor, edema e claudicação, mesmo após tratamento cirúrgico

Local e data da realização do exame médico:

Natal 03/12/18

Assinatura do

Dr. Giovanna Dantas Fulco
Medicina do Trabalho
CRM-RN 3538 RQE 2611

médico / assistente / autor

médico / assistente / réu





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
24ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelaria, NATAL - RN - CEP: 59064-250

Ação: DPVAT - Processo: 0838770-68.2019.8.20.5001

Autor: FRANCISCO CANINDE VITORINO DA SILVA

Réu: PORTO SEGURO S/A

ATO ORDINATÓRIO

Com permissão do artigo 152, § II, do CPC, c/c o inciso VI, bem como do Provimento nº 154, de 09.09.2016, da Corregedoria de Justiça, art. 78, inciso VI, **INTIMO** as partes, através dos seus advogados, para, no prazo de 15 (quinze) dias, se pronunciarem sobre o laudo pericial (ID nº 51478666).

Natal, 12 de dezembro de 2019

CARLAINA CARLA COSTA DE ALMEIDA
(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
24ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelaria, NATAL - RN - CEP: 59064-250

Ação: DPVAT - Processo: 0838770-68.2019.8.20.5001

Autor: FRANCISCO CANINDE VITORINO DA SILVA

Réu: PORTO SEGURO S/A

ATO ORDINATÓRIO

Com permissão do artigo 152, § II, do CPC, c/c o inciso VI, bem como do Provimento nº 154, de 09.09.2016, da Corregedoria de Justiça, art. 78, inciso VI, **INTIMO** as partes, através dos seus advogados, para, no prazo de 15 (quinze) dias, se pronunciarem sobre o laudo pericial (ID nº 51478666).

Natal, 12 de dezembro de 2019

CARLAINA CARLA COSTA DE ALMEIDA
(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)



Juntada de petição.





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 24ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN

Processo: 08387706820198205001

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FRANCISCO CANINDE VITORINO DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

A parte autora alegou em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico, restando permanentemente inválida, pleiteando em juízo uma suposta diferença do valor indenizatório liquidado na esfera administrativa, qual seja R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGENCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 27/11/2018

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 2.362,50

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: FRANCISCO CANINDE VITORINO DA SILVA

BANCO: 104

AGENCIA: 01953

CONTA: 000000010832-0

Nr. de Autenticação 4C95F3B8FDC05EF6

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

O laudo produzido apresentou a seguinte conclusão:

Segmento Anatômico	Marque aqui o percentual
1ª Lesão	
<u>MIE</u>	() 10% Residual () 25% Leve <input checked="" type="checkbox"/> 50% Média () 75% Intensa
2ª Lesão	
	() 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa

Contudo, não se mostra crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora ou, no mínimo, a manutenção da lesão apurada na esfera administrativa.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Os documentos não comprovam o agravamento da lesão bem como a necessidade de novos tratamentos ou procedimentos médicos que indicariam que a lesão não estava estabilizada, cabendo o acolhimento do laudo administrativo acostado e o pagamento efetuatedo, impondo-se a improcedência da demanda.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na presente hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

- 1) Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda;
- 2) Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Dessa forma, na remota hipótese de condenação, o valor deverá seguir conforme cálculo apresentado, considerando, ainda, o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

NATAL, 17 de dezembro de 2019.

ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR
5432 - OAB/RN



EXCELENCITÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA MM. 24ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE NATAL, DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.

Processo: 0838770-68.2019.8.20.5001

Autor: FRANCISCO CANINDÉ VITORINO

Réu: PORTO SEGURO S/A.

FRANCISCO CANINDÉ VITORINO, já devidamente qualificado nos Autos do processo acima epigrafados, vem, com todo o respeito devido a presença de Vossa Excelência, devidamente representado por seu Advogado devidamente habilitado para tanto, manifestar-se acerca do Laudo Médico Pericial aduzida aos Autos em Id 51478666, fazendo-o da seguinte forma:

Em Laudo Médico Pericial, o Ilustre *Expert* concluiu que o Autor foi vítima de acidente automobilístico, que culminou em graves sequelas que até a presente data acometem o mesmo.

Afirmou que tais sequelas seriam em seu pé direito, afirmando que tais lesões seriam definitivas, com implicação em 50% (vinte e cinco por cento) em sua mobilidade.



Sendo assim, observando-se a existência de acidente automobilístico, bem como, apontada a gravidade quantificando-a dentro de parâmetros legais.

Devemos ressaltar que na via administrativa, o Autor percebeu a quantia de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois Reais e cinquenta centavos), valor que é pago à sequelas com gravidade inferior a que foi atestada pelo Ilustre Perito, cabendo, com isso, a necessária condenação da Requerida ao pagamento da diferença entre o que foi pago e o que efetivamente é devido ao Autor.

Desta forma, reitera o pedido de procedência da Inicial, com o fito de condenar a Requerida ao pagamento da diferença entre o que foi pago administrativamente e o que efetivamente devido ao Autor, aplicando-se correção monetária e juros, na forma da lei, bem como, a condenação da Demandada em honorários de sucumbência, sob o valor corrigido da condenação.

Nestes Termos,

Pede-se Deferimento.

Natal, 22 de janeiro de 2020.

Felippe de Queiroz Bessa Bandeira Leite.

OAB/RN - 5938





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
24ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelaria, NATAL - RN - CEP: 59064-250

Processo: 0838770-68.2019.8.20.5001

Ação: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Autor: FRANCISCO CANINDE VITORINO DA SILVA

Réu: PORTO SEGURO S/A

CERTIDÃO

CERTIFICO, em razão do meu ofício, que expedi ofício nº 068-GJ24ªVCiv, datado 16/01/2020, para o Banco do Brasil, autorizando a transferência dos honorários periciais para o perita médica judicial, Dra. Giovanna Dantas Fulco, CRM 3538, conforme faço anexar.

Natal/RN, 30 de janeiro de 2020.

LUISA CAVALCANTI VIDAL

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUÍZO DE DIREITO DA 24ª VARA DE NATAL

Endereço: Fórum Miguel Seabra Fagundes, Rua Dr. Lauro Pinto, n 315 – 2 andar, Lagoa Nova Natal/RN- Cep: 59.064-250 – fones: 3616-9685-9686; e-mail: fmsf24civ@tjn.jus.br

Ofício n.068-GJ24ªVCiv

Natal, 16 de janeiro de 2020

Ilmo. Sr.
Gerente do Banco do Brasil da Agência Setor Público
Natal/RN



Sandra Chimaco Barbalho
CPF: 089.588.794-60

Senhor Gerente,

Cumprimentando-o cordialmente, determino a Vossa Senhoria que proceda a transferência direta do valor de **R\$ 200,00 (duzentos reais)**, devidamente corrigido, fixados a título de honorários periciais, que foi depositado nas ações, conforme tabela abaixo, constando os códigos de guia de depósito judicial e/ou conta judicial, para a **agência 5769-X, conta corrente nº 223-2**, em favor do médico perito, **GIOVANNA DANTAS FULCO, CRM 3538**, portador do **CPF n. 751.995.644-04**

AUTOR	PROCESSO	CONTA JUDICIAL
ALVARO BARBOSA DA SILVA	0814875-78.2019.8.20.5001	3200124617698
JOHNNY FALCON COSTA DE OLIVEIRA	0815950-55.2019.8.20.5001	1400124627658
FRANCISCO CANINDE VITORINO DA SILVA	0838770-68.2019.8.20.5001	1100132222467
JOSE LUIZ MEIRELES DA SILVA LIMA	0837154-58.2019.8.20.5001	3800128964304
RICARDO ALEXANDRE MARQUES DA SILVA	0831486-09.2019.8.20.5001	2900106152783
INACIO CARVALHO RODRIGUES NETO	0841514-36.2019.8.20.5001	3200124617696
ALEXSANDRO ROBERTO BASILIO	0833772-57.2019.8.20.5001	1200103886149
JARIO ANDRE DA CRUZ	0831019-30.2019.8.20.5001	3800128964303
JOEL CARLOS NOGUEIRA	0830318-69.2019.8.20.5001	2400131127059
DAVILA MARIA DA SILVA MEDEIROS	0841936-11.2019.8.20.5001	1100119205635
CLEITON RICARDO DA SILVA	0841919-72.2019.8.20.5001	1000105063455



AUTOR	PROCESSO	CONTA JUDICIAL
GUTEMBERG ALEXANDRE SILVA	0828700-89.2019.8.20.5001	2000102860660
FRANCISCO MARTINS DE FRANCA	0828334-50.2019.8.20.5001	3500120282070
ANNE KAROLINE SOARES DIAS	0813677-45.2015.8.20.5001	0500133308842
MARIA CECILIA NOBREGA BELMONT, representada por sua genitora ZEILMA LIVANIA DO NASCIMENTO NOBREGA	0842178-67.2019.8.20.5001	1800123532253
LUCIELMA DA SILVA	0842113-72.2019.8.20.5001	1800123532252
JOSE JAILSON ROCHA	0841940-48.2019.8.20.5001	3500120282082
FRANCISCO RAMILSON BARROS DE PAIVA	0839189-88.2019.8.20.5001	1000105063447
ROUZINALDO DE OLIVEIRA SILVA	0814349-82.2017.8.20.5001	900126740445
JOSE ANTONIO GOMES DA SILVA	0843913-77.2015.8.20.5001	300127796824
DERMIVAL TRAJANO DE OLIVEIRA	0842425-48.2019.8.20.5001	3400120282081
ELINALDO DA SILVA FARIAS	0840759-12.2019.8.20.5001	0700127877830
JOSE BERNARDO DA SILVA	0842693-05.2019.8.20.5001	3500120282081
CRISTIANO CAMPOS DO NASCIMENTO	0846021-40.2019.8.20.5001	2400107246283
ROBSON JULIAO SANTANA	0840316-61.2019.8.20.5001	1400124627657
EDUARDO FARIAS DOS SANTOS	0842408-12.2019.8.20.5001	2400112668262
LUIZ HIPOLITO DE OLIVEIRA NETO	0834481-92.2019.8.20.5001	3500120282080
BEATRIZ VANESSA DE SOUSA	0809990-60.2015.8.20.5001	2100124537759
EWERTON AUGUSTO DE SOUZA LIMA	0849658-96.2019.8.20.5001	1900113764643
FRANCISCO LINDOLFO	0850447-95.2019.8.20.5001	2100122455955



AUTOR	PROCESSO	CONTA JUDICIAL
MANUEL LIMA DA ROCHA	0845791-95.2019.8.20.5001	2300121369480
JOSE EDSON DE OLIVEIRA	0849388-72.2019.8.20.5001	1700125715244
ANA MARIA DE OLIVEIRA	0852162-75.2019.8.20.5001	2100122455950
MARIANA KELLY LIMA DE OLIVEIRA	0849238-91.2019.8.20.5001	0900110514459
KACIA REJANE DA SILVA	0847630-58.2019.8.20.5001	1000110514449
PAULO SERGIO DO NASCIMENTO	0851049-86.2019.8.20.5001	2100122455948
COSME INACIO DE ANDRADE	0851032-50.2019.8.20.5001	1700125715243

Respeitosamente,

~~Ricardo Augusto de Medeiros Moura~~
Juiz de Direito





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
24ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelaria, NATAL - RN - CEP: 59064-250

Processo: 0838770-68.2019.8.20.5001

Ação: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Autor: FRANCISCO CANINDE VITORINO DA SILVA

Réu: PORTO SEGURO S/A

Sentença

I – RELATÓRIO

Rec. Hoje.

FRANCISCO CANINDE VITORINO DA SILVA, qualificado(a) nos autos, por intermédio de seu(s) advogado(s), ingressou em juízo com a presente Ação de Cobrança de Seguro DPVAT em face de PORTO SEGURO S/A, também qualificado(a), alegando, em síntese, que no dia 02 de maio de 2017, o autor foi vítima de acidente de trânsito. Afirma que recebeu na via administrativa a importância de R\$ 2.362,50, no entanto, pelas razões expostas, entende fazer jus à complementação da indenização por invalidez do seguro DPVAT. Pugna pela condenação da parte ré ao montante complementar. Juntou comprovante de requerimento administrativo no id. 48420413, atendendo ao exigido pela Súmula nº43 do TJ/RN.

Citado, o demandado apresentou contestação e documentos, levantando a preliminar de ilegitimidade passiva, por ser a Seguradora Líder a responsável pelo pagamento da indenização pleiteada; carência da ação por falta de interesse de agir diante da quitação em sede administrativa, e inépcia da inicial por ausência de documentação imprescindível ao exame da questão e da conversão do rito sumário em ordinário. No mérito, aduz que a parte autora recebeu administrativamente o pagamento no valor de R\$ 2.362,50, conforme determina a tabela de gradação. Argumenta que o cálculo da indenização deve ser compatível com o grau de invalidez do autor e que o valor pago administrativamente atendeu ao disposto na legislação aplicada à espécie.

Discorre ainda sobre a impossibilidade de incidência da correção monetária e juros a partir do evento danoso, devendo, em caso de procedência, ser fixado o termo inicial a partir da instauração da relação processual. Pelas razões aduzidas, pugna pelo acolhimento da preliminar ou pela improcedência dos pleitos formulados.



Laudo Pericial no id. 51478666.

É o relatório. Decido.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Estando o feito suficientemente instruído e não havendo mais necessidade de produção de provas orais em audiência, julgo antecipadamente a lide, nos termos do art. 355, I do CPC.

Pois bem, a respeito das preliminares suscitadas na contestação, inicialmente têm-se que não merece respaldo a alegação de falta de interesse de agir e a consequente carência da ação arguida pela ré. O interesse processual se caracteriza pela necessidade de ir ao Judiciário diante de uma pretensão resistida, da utilidade prática do provimento jurisdicional pretendido, bem como da adequação típica. Estes elementos se encontram presentes no caso em tela, considerando que o autor pleiteia a complementação do pagamento da indenização do seguro obrigatório e a ré se nega a efetuar tal pagamento, como resta claro em sua contestação.

A respeito da preliminar de ilegitimidade passiva alegada pela demandada, em razão de entender ser a Seguradora Líder a responsável pela administração e pagamento da indenização ora pleiteada, tenho que a mesma não merece prosperar, vez que a ação de cobrança de diferença de seguro obrigatório DPVAT pode ser movida em face de qualquer das seguradoras integrantes do convênio. A Lei nº 6.194/74 prevê, em seu art. 7º, a responsabilidade solidária das Seguradoras integrantes do Consórcio DPVAT pelo pagamento da indenização relativa ao seguro obrigatório. Desse modo, o beneficiário detém a faculdade de pleitear o recebimento da indenização ou sua complementação em face de qualquer seguradora que integre o consórcio.

Nesse diapasão, segue o entendimento da súmula nº 42 do TJ/RN: “Qualquer seguradora conveniada ao sistema de Seguro DPVAT é parte legítima para figurar no polo passivo da demanda que pleiteia indenização em decorrência de acidente de trânsito”.

Posteriormente, quanto a carência da ação por ausência de documento imprescindível diz respeito ao fato de não haver sido acostado aos autos documentação legalmente obrigatória para possibilitar o recebimento da indenização referente ao seguro DPVAT. Entretanto, verifico que a petição inicial está devidamente instruída com todos os documentos indispensáveis à propositura da ação, conforme o artigo 320, do CPC/15. Consta da petição: registro da ocorrência no órgão policial competente e os laudos médicos e exames do acidentado exatamente os documentos exigidos nas decisões citadas pelo réu em sede de contestação. Portanto, não merece ser acolhida.

Passemos, pois, ao exame do mérito.

Cuida-se a presente de ação de cobrança na qual requer a parte autora seja devidamente paga a diferença da indenização que lhe é devida, em razão de ter sido vítima de acidente automobilístico que afirma ter acarretado sua invalidez permanente.

Nesse diapasão, aplicável a Lei 11.945, de 04 de junho de 2009, que foi precedida da Medida Provisória n.º 451, de 15/12/2008, alterou a Lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, e estabeleceu novas regras para a indenização por seguro DPVAT, admitindo a gradação do valor da indenização, conforme o grau de invalidez, conforme seja completa ou parcial, bem como de acordo com a parte do corpo afetada, senão vejamos:



Art. 31. Os arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

Art.3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

§1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

§ 2º Assegura-se à vítima o reembolso, no valor de até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), previsto no inciso III do **caput** deste artigo, de despesas médico-hospitalares, desde que devidamente comprovadas, efetuadas pela rede credenciada junto ao Sistema Único de Saúde, quando em caráter privado, vedada a cessão de direitos.

§ 3º As despesas de que trata o § 2º deste artigo em nenhuma hipótese poderão ser reembolsadas quando o atendimento for realizado pelo SUS, sob pena de descredenciamento do estabelecimento de saúde do SUS, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei. (NR)

Tal diploma legal trouxe, ainda, tabela onde fixa os percentuais aplicáveis para o cálculo proporcional das indenizações devidas nos casos de acidentes de veículos, estabelecendo o seguinte:

Danos Corporais Totais

**Percentual da
Perda**

Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico

Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros
superiores ou inferiores



Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés

Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior

Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral

100

Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica

Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis e ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital

Danos Corporais Segmentares (Parciais)

Percentuais das Perdas

Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores

Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos

70

Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores

70

Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés

50

Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar

25

Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo

25



Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
--	----

Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10
--	----

Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
--	-------------------------------

Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
--	----

Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
---	----

Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10
---	----

Pois bem, no caso dos autos ficou comprovado pelo laudo de avaliação médica (id. 51478666) que a parte autora possui trauma no membro inferior esquerdo, o que lhe ocasionou dano anatômico e/ou funcional definitivo que comprometem parte do seu patrimônio físico.

Considerando que a autora se encontra acometida de invalidez permanente parcial incompleta no membro inferior esquerdo, o valor da indenização deve ser obtido aplicado o percentual de 70% previsto na tabela supra, sobre R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), resultando em R\$ 9.450,00.

Levando em conta que a invalidez foi incompleta, a indenização deverá ser reduzida proporcionalmente para 50% desse valor, nos termos do art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, uma vez que a perda teve repercussão **média** no segmento corporal atingindo, o que leva a apuração da indenização ao valor de R\$ 4.725,00.

Fixado esse valor, verifica-se, no entanto, que a demandante já recebeu administrativamente o montante de R\$ 2.362,50, conforme alegado e comprovado com a juntada do comprovante de pagamento (id. 48420413). Desse modo, deve-se deduzir a diferença do valor apurado administrativamente do valor apurado na perícia judicial, resultando, assim, no valor final de R\$ 2.362,50.

Em relação à impugnação de id. 52050087, tenho que a mesma não merece prosperar, visto que o laudo pericial foi elaborado por profissional habilitado, seguindo as determinações do juízo, prestando todos os esclarecimentos necessários e com precisão.



Em se tratando de ilícito contratual, conforme jurisprudência do STJ (REsp 1120615/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe 26/11/2009), a correção monetária da indenização é devida a partir do efetivo prejuízo (Súmula nº 43/STJ), a saber, a data do pagamento administrativo a menor.

Quanto ao termo inicial dos juros moratórios, há de se ressaltar que, não sendo a responsabilidade extracontratual, não há que se cogitar da aplicação de juros de mora contados desde a data do evento danoso, prevista no enunciado da Súmula nº 54/STJ.

Deve-se averiguar a data do ato que constituiu a seguradora em mora. No presente caso, verifico que o termo inicial é o da citação válida e regular. É o que se nota na jurisprudência nacional:

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. JULGAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 543-C DO CPC. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. 1. Para efeitos do artigo 543-C do CPC: 1.1. Em ação de cobrança objetivando indenização decorrente de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre - DPVAT, **os juros de mora são devidos a partir da citação**, por se tratar de responsabilidade contratual e obrigação ilíquida. 2. Aplicação ao caso concreto: 2.1. Recurso especial provido. (REsp 1098365/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe 26/11/2009) .

O percentual dos juros moratórios é o legal de 1% (um por cento) ao mês, conforme art. 405 do Código Civil, art. 240 do CPC e súmula 426 do STJ.

Assim, após verificação dos requisitos supra evidenciados no decorrer da tramitação processual, ao Juiz é concedida a discricionariedade em arbitrar os honorários sucumbenciais, nos termos do art. 85 do CPC.

III - DISPOSITIVO

Diante do exposto, rejeito as preliminares arguidas na contestação, e com fundamento no art. 487, I, do CPC, **JULGO PROCEDENTE O PEDIDO**, para condenar o demandado **PORTO SEGURO S/A**, a indenizar a parte autora **FRANCISCO CANINDE VITORINO DA SILVA**, no montante de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), acrescido de juros legais (1% ao mês), contados a partir da citação (art. 405 do Código Civil, art. 240 do CPC e súmula 426 do STJ) e correção monetária contada a partir do pagamento administrativo a menor, de acordo com os índices do INPC (STJ: REsp 788712/RS; REsp 746087 / RJ; AgRg no Ag 1290721 / GO). Condeno a demandada nas custas processuais e nos honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.

Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos independentemente de nova conclusão.

P. R. I



Natal/RN, 6 de fevereiro de 2020

RICARDO AUGUSTO DE MEDEIROS MOURA

Juiz de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)

G





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
24ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelaria, NATAL - RN - CEP: 59064-250

Processo: 0838770-68.2019.8.20.5001

Ação: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Autor: FRANCISCO CANINDE VITORINO DA SILVA

Réu: PORTO SEGURO S/A

Sentença

I – RELATÓRIO

Rec. Hoje.

FRANCISCO CANINDE VITORINO DA SILVA, qualificado(a) nos autos, por intermédio de seu(s) advogado(s), ingressou em juízo com a presente Ação de Cobrança de Seguro DPVAT em face de PORTO SEGURO S/A, também qualificado(a), alegando, em síntese, que no dia 02 de maio de 2017, o autor foi vítima de acidente de trânsito. Afirma que recebeu na via administrativa a importância de R\$ 2.362,50, no entanto, pelas razões expostas, entende fazer jus à complementação da indenização por invalidez do seguro DPVAT. Pugna pela condenação da parte ré ao montante complementar. Juntou comprovante de requerimento administrativo no id. 48420413, atendendo ao exigido pela Súmula nº43 do TJ/RN.

Citado, o demandado apresentou contestação e documentos, levantando a preliminar de ilegitimidade passiva, por ser a Seguradora Líder a responsável pelo pagamento da indenização pleiteada; carência da ação por falta de interesse de agir diante da quitação em sede administrativa, e inépcia da inicial por ausência de documentação imprescindível ao exame da questão e da conversão do rito sumário em ordinário. No mérito, aduz que a parte autora recebeu administrativamente o pagamento no valor de R\$ 2.362,50, conforme determina a tabela de gradação. Argumenta que o cálculo da indenização deve ser compatível com o grau de invalidez do autor e que o valor pago administrativamente atendeu ao disposto na legislação aplicada à espécie.

Discorre ainda sobre a impossibilidade de incidência da correção monetária e juros a partir do evento danoso, devendo, em caso de procedência, ser fixado o termo inicial a partir da instauração da relação processual. Pelas razões aduzidas, pugna pelo acolhimento da preliminar ou pela improcedência dos pleitos formulados.



Laudo Pericial no id. 51478666.

É o relatório. Decido.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Estando o feito suficientemente instruído e não havendo mais necessidade de produção de provas orais em audiência, julgo antecipadamente a lide, nos termos do art. 355, I do CPC.

Pois bem, a respeito das preliminares suscitadas na contestação, inicialmente têm-se que não merece respaldo a alegação de falta de interesse de agir e a consequente carência da ação arguida pela ré. O interesse processual se caracteriza pela necessidade de ir ao Judiciário diante de uma pretensão resistida, da utilidade prática do provimento jurisdicional pretendido, bem como da adequação típica. Estes elementos se encontram presentes no caso em tela, considerando que o autor pleiteia a complementação do pagamento da indenização do seguro obrigatório e a ré se nega a efetuar tal pagamento, como resta claro em sua contestação.

A respeito da preliminar de ilegitimidade passiva alegada pela demandada, em razão de entender ser a Seguradora Líder a responsável pela administração e pagamento da indenização ora pleiteada, tenho que a mesma não merece prosperar, vez que a ação de cobrança de diferença de seguro obrigatório DPVAT pode ser movida em face de qualquer das seguradoras integrantes do convênio. A Lei nº 6.194/74 prevê, em seu art. 7º, a responsabilidade solidária das Seguradoras integrantes do Consórcio DPVAT pelo pagamento da indenização relativa ao seguro obrigatório. Desse modo, o beneficiário detém a faculdade de pleitear o recebimento da indenização ou sua complementação em face de qualquer seguradora que integre o consórcio.

Nesse diapasão, segue o entendimento da súmula nº 42 do TJ/RN: “Qualquer seguradora conveniada ao sistema de Seguro DPVAT é parte legítima para figurar no polo passivo da demanda que pleiteia indenização em decorrência de acidente de trânsito”.

Posteriormente, quanto a carência da ação por ausência de documento imprescindível diz respeito ao fato de não haver sido acostado aos autos documentação legalmente obrigatória para possibilitar o recebimento da indenização referente ao seguro DPVAT. Entretanto, verifico que a petição inicial está devidamente instruída com todos os documentos indispensáveis à propositura da ação, conforme o artigo 320, do CPC/15. Consta da petição: registro da ocorrência no órgão policial competente e os laudos médicos e exames do acidentado exatamente os documentos exigidos nas decisões citadas pelo réu em sede de contestação. Portanto, não merece ser acolhida.

Passemos, pois, ao exame do mérito.

Cuida-se a presente de ação de cobrança na qual requer a parte autora seja devidamente paga a diferença da indenização que lhe é devida, em razão de ter sido vítima de acidente automobilístico que afirma ter acarretado sua invalidez permanente.

Nesse diapasão, aplicável a Lei 11.945, de 04 de junho de 2009, que foi precedida da Medida Provisória n.º 451, de 15/12/2008, alterou a Lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, e estabeleceu novas regras para a indenização por seguro DPVAT, admitindo a gradação do valor da indenização, conforme o grau de invalidez, conforme seja completa ou parcial, bem como de acordo com a parte do corpo afetada, senão vejamos:



Art. 31. Os arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

Art.3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

§1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

§ 2º Assegura-se à vítima o reembolso, no valor de até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), previsto no inciso III do **caput** deste artigo, de despesas médico-hospitalares, desde que devidamente comprovadas, efetuadas pela rede credenciada junto ao Sistema Único de Saúde, quando em caráter privado, vedada a cessão de direitos.

§ 3º As despesas de que trata o § 2º deste artigo em nenhuma hipótese poderão ser reembolsadas quando o atendimento for realizado pelo SUS, sob pena de descredenciamento do estabelecimento de saúde do SUS, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei. (NR)

Tal diploma legal trouxe, ainda, tabela onde fixa os percentuais aplicáveis para o cálculo proporcional das indenizações devidas nos casos de acidentes de veículos, estabelecendo o seguinte:

Danos Corporais Totais

**Percentual da
Perda**

Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico

Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros
superiores ou inferiores



Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés

Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior

Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral

100

Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica

Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis e ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital

Danos Corporais Segmentares (Parciais)

Percentuais das Perdas

Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores

Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos

70

Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores

70

Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés

50

Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar

25

Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo

25



Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
--	----

Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10
--	----

Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
--	-------------------------------

Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
--	----

Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
---	----

Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10
---	----

Pois bem, no caso dos autos ficou comprovado pelo laudo de avaliação médica (id. 51478666) que a parte autora possui trauma no membro inferior esquerdo, o que lhe ocasionou dano anatômico e/ou funcional definitivo que comprometem parte do seu patrimônio físico.

Considerando que a autora se encontra acometida de invalidez permanente parcial incompleta no membro inferior esquerdo, o valor da indenização deve ser obtido aplicado o percentual de 70% previsto na tabela supra, sobre R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), resultando em R\$ 9.450,00.

Levando em conta que a invalidez foi incompleta, a indenização deverá ser reduzida proporcionalmente para 50% desse valor, nos termos do art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, uma vez que a perda teve repercussão **média** no segmento corporal atingindo, o que leva a apuração da indenização ao valor de R\$ 4.725,00.

Fixado esse valor, verifica-se, no entanto, que a demandante já recebeu administrativamente o montante de R\$ 2.362,50, conforme alegado e comprovado com a juntada do comprovante de pagamento (id. 48420413). Desse modo, deve-se deduzir a diferença do valor apurado administrativamente do valor apurado na perícia judicial, resultando, assim, no valor final de R\$ 2.362,50.

Em relação à impugnação de id. 52050087, tenho que a mesma não merece prosperar, visto que o laudo pericial foi elaborado por profissional habilitado, seguindo as determinações do juízo, prestando todos os esclarecimentos necessários e com precisão.



Em se tratando de ilícito contratual, conforme jurisprudência do STJ (REsp 1120615/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe 26/11/2009), a correção monetária da indenização é devida a partir do efetivo prejuízo (Súmula nº 43/STJ), a saber, a data do pagamento administrativo a menor.

Quanto ao termo inicial dos juros moratórios, há de se ressaltar que, não sendo a responsabilidade extracontratual, não há que se cogitar da aplicação de juros de mora contados desde a data do evento danoso, prevista no enunciado da Súmula nº 54/STJ.

Deve-se averiguar a data do ato que constituiu a seguradora em mora. No presente caso, verifico que o termo inicial é o da citação válida e regular. É o que se nota na jurisprudência nacional:

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. JULGAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 543-C DO CPC. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. 1. Para efeitos do artigo 543-C do CPC: 1.1. Em ação de cobrança objetivando indenização decorrente de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre - DPVAT, **os juros de mora são devidos a partir da citação**, por se tratar de responsabilidade contratual e obrigação ilíquida. 2. Aplicação ao caso concreto: 2.1. Recurso especial provido. (REsp 1098365/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe 26/11/2009) .

O percentual dos juros moratórios é o legal de 1% (um por cento) ao mês, conforme art. 405 do Código Civil, art. 240 do CPC e súmula 426 do STJ.

Assim, após verificação dos requisitos supra evidenciados no decorrer da tramitação processual, ao Juiz é concedida a discricionariedade em arbitrar os honorários sucumbenciais, nos termos do art. 85 do CPC.

III - DISPOSITIVO

Diante do exposto, rejeito as preliminares arguidas na contestação, e com fundamento no art. 487, I, do CPC, **JULGO PROCEDENTE O PEDIDO**, para condenar o demandado **PORTO SEGURO S/A**, a indenizar a parte autora **FRANCISCO CANINDE VITORINO DA SILVA**, no montante de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), acrescido de juros legais (1% ao mês), contados a partir da citação (art. 405 do Código Civil, art. 240 do CPC e súmula 426 do STJ) e correção monetária contada a partir do pagamento administrativo a menor, de acordo com os índices do INPC (STJ: REsp 788712/RS; REsp 746087 / RJ; AgRg no Ag 1290721 / GO). Condene a demandada nas custas processuais e nos honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.

Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos independentemente de nova conclusão.

P. R. I



Natal/RN, 6 de fevereiro de 2020

RICARDO AUGUSTO DE MEDEIROS MOURA

Juiz de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)

G

